

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**

Módulo

7



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS**

BELÉM-PA

2015

Imagem da Capa

Manoel de Jesus Barbosa da Conceição – Cenógrafo

Essa peça foi feita da parte mais alongada da folha da Bacabeira (uma espécie de palmeira), ela possui a inspiração nas máscaras das etnias africanas. Foi uma forma de eu, Manoel de Jesus Barbosa da Conceição descendente de quilombola me aproximar dos meus ancestrais, muitas pessoas confundem com carranca.

Dados para catalogação na fonte

Setor de Processamento Técnico
Biblioteca IFPA Campus Belém

M528c Melo, Jair Alcindo Lobo de.

Curso de especialização em educação para relações étnico-raciais - história e cultura afrobrasileira e africana : relações étnico-raciais e relações interdiscursivas / Jair Alcindo Lobo de Melo ; coordenação Helena do S. C. da Rocha. — Belém : IFPA, 2015.

70 p. : il.

ISBN: 978-85-62855-36-8 (v.7)

1. Educação – relações étnico-raciais. 2. Linguagem – aspectos sociais. 3. Discurso e racismo. 4. Ideologia. I. Rocha, Helena do S. C. II. Título.

CDD: 305.8

FICHA TÉCNICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ – IFPA

Reitoria

Élio de Almeida Cordeiro

Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

Maria Lúcia Pessoa Chaves da Rocha

Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - PROEXT

Waldinete C. do S. O. da Costa Rolim

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação- PROPPG

José Roberto Brito Pereira

Coordenação do Comitê Gestor COMFOR - IFPA

Júlia Antônia Maués Correa

Direção Geral do Campus Belém

Ana Paula Palheta Santana

Diretoria de Extensão e Integração Instituto-Empresa- DIREI

Hélio Antônio Lameira de Almeida

Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – DPPI

Raidson Jenner Negreiros de Alencar

Coordenação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros – NEAB – IFPA

Helena do Socorro Campos da Rocha

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Organizadora

Helena do Socorro Campos da Rocha

Autor

Jair Alcindo Lobo de Melo

Designer Gráfico

Leandro de Lima Pinheiro

Revisor Gramatical

Brenno da Costa Carriço Oliveira

Capa

Rubens Pinheiro Cunha - Técnico em Artes Gráficas lotado no NUPAED.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º-A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.’”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

APRESENTAÇÃO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS

Car@ leitor@,

Pormeio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM) – em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e execução pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (COMFOR), em conjunto com a Coordenação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR) e da Secretaria Executiva do FORPROF/PA –, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) avança nas Políticas de Ações Afirmativas em seu bojo e, mais especificamente, no trato das questões étnico-raciais, através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) com mais uma ação na implementação da Lei nº 10.639/2003 e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

De nossa parte, nos apresentamos como um grupo de professor@s e pesquisador@s que integram o NEAB no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Belém, núcleo cujo foco das ações, fundamentalmente, é contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e de seus aportes legais.

As Diretrizes Curriculares defendem o pressuposto de que é papel da escola desconstruir a representação de que o afrodescendente tem como único atributo a descendência escrava, subalterna ou dominada. E, de acordo com os PCNs, a escola é esse *locus* privilegiado para a promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo.

Desse modo, o IFPA, como forma de dar continuidade a esse processo na formação continuada de professores, oferta o Curso de Especialização em “**Educação para Relações Étnico-Raciais - História e Cultura Afro-brasileira e Africana**” na modalidade semipresencial, com carga horária de 420h.

A matriz curricular busca incentivar a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 como aspecto obrigatório para a composição dos currículos escolares.

Nesse bojo, a Instituição, por meio do NEAB do *campus* Belém,

apresenta o material didático construído como produto de uma trajetória de dez anos de tentativas de aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no espaço da sala de aula, mais especificamente nos Cursos de Formação de Professores, a fim de que, na prática pedagógica, estes materiais sejam utilizados para fortalecer o estudo das Relações Étnico-Raciais e das Diversidades no fazer do docente.

A coleção é composta por onze fascículos, conforme disposto na estrutura curricular constante no Projeto Pedagógico do Curso, os quais se configuram como uma tentativa do NEAB de dar conta de atenuar os agravantes históricos de um discurso único – historicamente disseminado acerca da África na perspectiva da Corrente da Inferioridade Africana – que cristalizou uma África na História da Humanidade como a-histórica e dependente das demais nações no que tange ao potencial do Conhecimento. Tal modo de pensar culminou com a carência de materiais didáticos que dessem conta, nas salas de aula, de reverter esse quadro apresentado, mesmo nos dias atuais, doze anos após a implementação da Lei nº 10.639/2003.

O intuito é munir @s professor@s em exercício no magistério com subsídios para o trato com a África e disponibilizar para as escolas a produção do NEAB, com vistas a romper com o determinismo a que o continente africano foi relegado e (re)contar a História da África mediante uma via de mão dupla: uma África que influenciou e que foi influenciada, ao que se pretende, com isso, alocá-la em seu verdadeiro lugar na História da Humanidade.

Essa é a nossa contribuição enquanto Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e de Inovação Tecnológica, lugar onde perpassa, historicamente no seu processo centenário de criação, o viés da inclusão na perspectiva das Diversidades que por aqui transitam.

a) Coordenação do NEAB-IFPA *campus* Belém.

PLANO DE ENSINO

1 IDENTIFICAÇÃO GERAL

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Belém

Curso: Educação para Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Modalidade Semipresencial

Disciplina: Relações Étnico-raciais e relações interdiscursivas

Professor: Dr. Jair Alcindo Lobo de Melo

Carga Horária: 30h

2 EMENTA

Noções conceituais sobre Linguagem, Língua, Fala, Discurso e Ideologia; Teorias sobre Análise do Discurso; Tipos e formas do discurso; Significação dos diferentes usos do discurso no reforço de ideologias racistas/antirracistas; o discurso “eurocentrista” presente nos livros didáticos.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Estudar a interdiscursividade contemporânea para contextualizar o uso do discurso racista/antirracista em estruturas discursivas (textos oficiais, literários, informativos e didáticos), por meio da análise do valor histórico, político, social, educacional e ideológico desse discurso, a fim de identificar estratégias discursivas que reproduzem e ratificam o preconceito racial.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer a importância da Análise do Discurso em relação às práticas para Educação das Relações Étnico-Raciais em sala de aula;
- Compreender a significação das formas discursivas narrativas: literárias, didáticas, científica, midiáticas e oficiais para (des)construir a identidade social dos negros na sociedade brasileira;
- Evidenciar e identificar estratégias persuasivas do discurso que reproduzem o preconceito racial e reforçam as ideologias de branqueamento no Brasil.

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE LINGUAGEM, LÍNGUA, FALA, DISCURSO E IDEOLOGIA

4.1.1 Língua;

4.1.1.1 Distinção entre língua e discurso;

4.1.1.2 Distinção entre discurso e fala;

4.1.2 Texto;

4.1.2.1 Texto e discurso;

4.1.3 Sobre o conceito de Ideologia;

4.1.3.1 Ideologia em Marx e Engels e na Visão bakhtiniana;

4.1.3.2 Todo discurso **é** provido de ideologia;

4.1.4 Formação Discursiva e Formação Ideológica.

4.2 TEORIAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO

4.2.1 Condições de Produção e Interdiscurso;

4.2.2 Para uma teoria de Análise Crítica do Discurso;

4.2.2.1 Termos-chave da Análise do Discurso;

4.2.3 Noções sobre Interdiscurso;

4.2.4 A Análise de Discurso Crítica (ADC);

4.2.4.1 O Modelo Tridimensional.

4.3 TIPOS E FORMAS DO DISCURSO

4.3.1 Conceitos de Discurso;

4.3.1.1 A noção de discurso para Michel Pêcheux;

4.3.2 Tipologias e Relações entre Discursos;

4.3.2.1 Os tipos de discurso;

4.3.2.2 Outros tipos de discurso;

4.3.3 Tipos e Formas dos discursos.

4.4 SIGNIFICAÇÃO DOS DIFERENTES USOS DO DISCURSO NO REFORÇO DE IDEOLOGIAS RACISTAS/ANTIRRACISTAS

4.4.1 Discurso e reprodução do Poder;

4.4.2 Linguagem, Poder e Discriminação;

4.4.3 Discurso e Reprodução do Poder Social;

4.4.4 Discurso e Racismo;

4.4.5 Linguagem e poder.

4.5 O DISCURSO “EUROCENTRISTA” PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

4.5.1 Discurso: a prática social em ação;

4.5.2 O mito da democracia racial;

4.5.3 O discurso racial legitimado e reproduzido no livro didático;

4.5.4 O discurso eurocêntrico no material didático;

4.5.4.1 Por uma definição de eurocentrismo.

5 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação considerará aspectos quantitativos e qualitativos, por isso se dará de modo contínuo e processual. A avaliação será processual, devendo ocorrer em todos os momentos do desenvolvimento da disciplina, podendo, assim, os processos de ensino e aprendizagem serem retomados. Serão considerados para fins de compreensão sobre o aprender dos alunos: a participação nas discussões; o envolvimento nos trabalhos propostos; a construção dos trabalhos individuais; a realização das leituras; a apresentação de trabalhos. No decorrer do semestre, serão solicitadas provas, trabalhos individuais e de grupos, em que os critérios de avaliação compreendem: a expressão clara de ideias; a identificação dos principais conceitos trabalhados; a capacidade de estabelecer relação entre os conteúdos aprendidos, bem como com a prática investigada de forma autônoma.

6 REFERÊNCIAS

ABRIL, Neyla Pardo. **Cómo hacer análisis crítico Del discurso**. Una perspectiva latino americana. Santiago: Frasis, 2007.

ALMEIDA, Livia Jéssica Messias de. **Velhos Problemas, Novas Questões**: uma análise dos discursos raciais na política nacional dos livros didáticos. Dissertação de Mestrado. UEFS. PPGE - Feira de Santana, 2013.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 2001.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (org.). *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1997b.

_____. **Os gêneros do discurso**. In: _____. Estética da criação verbal. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a, p. 261-306.

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p. 307-335.

_____. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Unesp, 1998.

BILLIG, M. The notion of “prejudice”. **Some rhetorical and ideological aspects**. New York: Plenum Press. 1988.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLALOCK, Jr. H. M. **Introdução à Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOURDIEU, P. **L'économie des échanges linguistiques em Langue Française**, 34, Paris: Larousse, 1977.

BRANDÃO, H. H. N. Gêneros do Discurso e formas de textualização. In: MACEDO, J. ; ROCHA, M. J. C. ; SANTANA NETO, J. A. de. **Discursos em análise**. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Instituto de Letras, 2004, p. 35-51.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **LING. Est. e Pesq**, Catalão-GO, vol. 15, n. 1, p. 171-182 jan./jun. 2011

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 04/10/2012.

CALDAS, R. W; DO AMARAL, C. A. A. **Introdução à Globalização: Noções Básicas de Economia, Marketing & Globalização**. 1. ed. São Paulo: Celso Bastos, 1998.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le contrat de communication de l'information médiatique**. Le Français dans le Monde. Numéro spécial, Paris, Hachette/Edicef, p. 8-19, Juillet, 1994.

COURTINE, Jean-Jacques. [1981]. **Análise do Discurso**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

_____. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, [1992].

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sócio-política e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 77-104.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001, p. 31-82.

_____. (Ed.). **Critical language awareness**. London: Longman, 1992a.

_____. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London, Nov York: Routledge, 2003.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

FERNANDES, José Ricardo de Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, Vol. 25, n.67, dez.2005, p.378-388.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia** / José Luiz Fiorin. 1.ed. (rev. e atualizada). - São Paulo: Ática, 2011. (Princípios; 137)

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Ordem do Discurso**. 13. ed. **São Paulo: Loiola, 2006**.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, C.R. ; COULTHARD, M. **Readings in critical Discourse Analysis**. London/Nova York: Routledge, 1996.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação**: um intertexto. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

- GARCIA, Afrânio. **Soletras**, Ano III, Números 05 e 06. São Gonçalo: UERJ, 2003.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUESPIN, Louis. **Problématique des travaux sur le discours politique**. Langages, 23. Paris, 1971, p. 3-24.
- HARRIS, Z. **Discourse Analysis**, Language, nº 28, 1952.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HITE, Verailda Maciel Da Silva. **A Ausência da Cor Mídia, discurso e racismo: uma incursão analítica em jornais impressos de Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências do Homem da Fluminense, Universidade Estadual Norte. RJ, 2001.
- LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MAGALHÃES, Izabel. Análisis crítico Del discurso e ideologia de gênero em La constitución brasilina. In: BERARDI, Leda (Compiladora). **Análisis Critico del Discurso**. Barcelona: Frasis, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1997, p. 14.
- _____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.
- MACHADO, Irene A. **O romance e a voz: a prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: Imago Ed., São Paulo: FAPESP, 1995.
- MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela *et al.* **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MUNANGA, Apresentação. In: **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada/ Kabengele Munanga (org.). [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, Vol. II. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- NOVAES, Sylvia. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Discurso em Análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e Texto.** Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007. _____. **Paráfrase e Polissemia:** a fluidez dos limites do simbólico. **Rua** (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade), n. 4, Campinas: Editorada Unicamp, 1998, p.09-19.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19, Campinas: Unicamp, 1990, p.7-24.

_____. **Análise Automática do Discurso (AAD-1969).** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Orlandi EniP. Campinas: Unicamp, 2010, p. 59-158.

_____. **Semântica e discurso.** Campinas: Pontes, 1988.

PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso.** Lisboa: Caminho, 1998.

POSSENTI, Sírio. **Os Limites do Discurso.** Curitiba: Criar Edições, 2002.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L. *et al.* (Org.). **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROSA, Marilane Mendes Cascaes Da. **Silenciamento de Sentidos:** O Trabalho em (Dis)Curso. Tubarão, 2005. 103 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2005.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A Construção Social De Identidades Étnico-Raciais:** Uma Análise Discursiva Do Racismo No Brasil. Tese de Doutorado em Linguística. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL Universidade de Brasília. 2009.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SOUZA, José Pedro G. ; GARCIA, Clovis L. ; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

STAM, Robert. **Bakhtin:** da teoria literária à cultura de massa. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Paz e Terra. São Paulo, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português.** Campinas, Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991, 330 + 124 p.

_____. **Tipeamentos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos.** In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa; MARQUESI, Sueli

Cristina (Org.). **Língua portuguesa pesquisa e ensino**, Vol. II. 1. ed. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2007, v. II, p. 97-117.

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

_____. **Ideology**: A multidisciplinary approach. Londres: Sage, 1998b.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Racismo y discurso en América Latina: una introducción. In: VANDIJK, Teun A. (Coord). **Racismo y discurso em América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

VOESE, Ingo. **Mediação dos conflitos como negociação de sentidos**. Curitiba: Juruá, 2000.

_____. **O movimento dos sem-terras na imprensa**: um exercício de análise do discurso. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

WIDDOWSON, H. Review of Discourse and social change. In: **Applied Linguistics**, 1995, p. 510-516.

WODAK, Ruth. “Círculos específicos” e discurso anti-semita: a construção do discurso do “outro”. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998.

Sumário

OBJETIVO DA UNIDADE.....	21
1 NOÇÕES SOBRE LINGUAGEM, LÍNGUA, FALA, DISCURSO E IDEOLOGIA	21
1.1 Língua	22
1.1.1 Distinção entre língua e discurso	23
1.1.2 Distinção entre discurso e fala	23
1.2 Texto	25
1.2.1 Texto e discurso	26
1.3.1 Ideologia em Marx e Engels e na visão bakhtiniana	27
1.3.2 Todo discurso é provido de ideologia	28
1.4 Formação Discursiva e Formação Ideológica	29
RESUMO DA UNIDADE	30
PARA SABER MAIS	30
SUGESTÕES DE LEITURA	32
TEORIAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO	33
OBJETIVO DA UNIDADE	33
2 TEORIAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO	33
2.1 Condições de Produção e Interdiscurso	34
2.2 Para uma teoria de Análise Crítica do Discurso	35
2.2.1 Termos-chave da Análise do Discurso	35
2.3 Noções sobre Interdiscurso	36
2.4 A Análise de Discurso Crítica (ADC)	37
2.4.1 O Modelo Tridimensional	38
RESUMO DA UNIDADE	39
REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM	40
SUGESTÕES DE LEITURA	40
TIPOS E FORMAS DO DISCURSO	43
3 TIPOS E FORMAS DO DISCURSO	43

3.1 Conceitos de Discurso	43
3.1.1 A noção de discurso para Michel Pêcheux	46
3.2 Tipologias e Relações entre Discursos	48
3.2.1 Os tipos de discurso	48
3.3 Tipos e Formas dos Discursos	51
PARA SABER MAIS	52
REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM	52
UNIDADE 4	55
SIGNIFICAÇÃO DOS DIFERENTES USOS DO DISCURSO NO RE- FORÇO DE IDEOLOGIAS RACISTAS/ANTIRRACISTAS	55
OBJETIVO DA UNIDADE	55
4 TIPOS E FORMAS DO DISCURSO	55
4.1 Discurso e Reprodução do Poder	55
4.2 Linguagem, Poder e Discriminação.	57
4.3 Discurso e Reprodução do Poder Social	57
4.5 Linguagem e poder	61
RESUMO DA UNIDADE	63
PARA SABER MAIS	64
UNIDADE 5	65
O DISCURSO “EUROCENTRISTA” PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS.	65
OBJETIVO DA UNIDADE	65
5 Discurso e Reprodução do Poder Social	65
5.1 Discurso: a prática social em ação	66
5.2 O mito da democracia racial	69
5.3 O discurso racial legitimado e reproduzido no livro didático	71
5.4.1 Por uma definição de eurocentrismo	74
RESUMO DA UNIDADE	76
PARA SABER MAIS	76
REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM	77

Atividade 5 – Organizando as ideias	77
SUGESTÕES DE LEITURA	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Esta disciplina é basilar para o Curso de Educação para Relações Étnico-Raciais – Modalidade Semipresencial – ofertado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – Neab/IFPA (*Campus Belém*). Com ela, você se tornará apto para o exercício de dominar conceitos sobre Linguagem, Língua, Fala, Discurso e Ideologia; terá contato com teorias sobre análise do discurso, os tipos e formas do discurso, a significação dos diferentes usos do discurso no reforço de ideologias racistas/antirracistas e sobre o discurso “eurocentrista”, presente nos livros didáticos. Situações de uso da linguagem com as quais você convive cotidianamente, atividade fundamental para a sedimentação e a socialização do conhecimento.

Nosso compromisso, em consonância com os da disciplina, é capacitá-lo, na condição de graduado no Ensino Superior, para o entendimento da dinâmica das questões lingüísticas, sob o enfoque de que a língua é um organismo vivo em permanente mudança, e em relação direta com a sociedade que a utiliza. Pelo uso da linguagem, escolhemos as palavras certas para cada texto produzido, comunicamo-nos, trocamos opiniões, temos acesso a informações, analisamos os discursos e produzimos cultura.

No término da disciplina, você deverá estar apto para o reconhecimento da importância da Análise do Discurso em relação às práticas para Educação das Relações Étnico-Raciais em sala de aula; para a compreensão da significação das formas discursivas narrativas: literárias, didáticas, científica, midiáticas e oficiais para (des)construir a identidade social dos negros na sociedade brasileira. Terá ferramentas para identificar estratégias persuasivas do discurso que reproduzem o preconceito racial e reforçam as ideologias de branqueamento no Brasil.

Ao final de cada seção, contida neste material, serão propostas atividades com a finalidade de rever o conteúdo e aprofundar os tópicos apresentados.

Esperamos que você consiga vencer o desafio que tem pela frente: a formação de um ser humano atuante e crítico, que se constrói, sobretudo, por meio das linguagens que o cerca.

Bom estudo e bom trabalho!

O Autor

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Prezado(a) Estudante,

Sou Jair Melo, Professor deste Curso.

Faço parte do quadro efetivo de docentes do IFPA, atuo no magistério desde 1995 e no Ensino superior há 11 anos. Sou graduado em Letras, com Especialização em Linguística Textual e em EaD e Novas tecnologias Educacionais. Possuo mestrado em Linguística Aplicada e Doutorado em Educação.

Minha área de interesse de estudo é gêneros discursivos, estratégias de Leitura e Letramento.

Nossa perspectiva, ao final deste curso, é que possamos não apenas melhor compreender as diversas formas de manifestação da língua(gem), como, também, nos tornamos capazes de utilizar esse aprendizado como ferramenta útil na seara em que desempenhamos nossas atividades profissionais.

Ao longo do curso, teremos em pauta definições básicas sobre Linguagem, Ideologia, Discurso e Racismo, e as formas de analisar os diversos discursos que circulam socialmente.

Desde já, fico à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que surgirem no transcorrer do curso.

Bons estudos e sucesso para todos!

Prof. Dr. Jair Alcindo Lobo de Melo
jair.melo@ifpa.edu.br

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

UNIDADE 1

NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE LINGUAGEM, LÍNGUA, FALA, DISCURSO E IDEOLOGIA

OBJETIVO DA UNIDADE

Esta Unidade tem o objetivo de propor uma reflexão em torno de conceitos considerados fundamentais para aprimorar a compreensão e a interpretação de texto em todos os seus níveis. A predileção em torno de tais noções se pauta no preceito de que, para Bakhtin, além de linguagem e sujeito se implicarem mutuamente, todos estão interligados e estabelecem uma relação de dependência mútua. De posse da compreensão desses conceitos, empreendemos esforços no tratamento do discurso mediante tais postulados, alicerçados numa perspectiva dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem).

1 NOÇÕES SOBRE LINGUAGEM, LÍNGUA, FALA, DISCURSO E IDEOLOGIA

Para Fiorin (2011), a linguagem é, antes de tudo, uma instituição social, o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, entre os homens e outros homens. Busca-se refletir sobre as relações que a linguagem mantém com a ideologia; busca-se analisar qual o lugar das determinações ideológicas neste complexo fenômeno que é a linguagem, bem como analisar de que maneira a linguagem veicula a ideologia, demonstrando o que é que é ideologizado na linguagem.

Marx e Engels, autores da obra **A ideologia alemã**, mostram que, nem o pensamento, nem a linguagem constituem domínios autônomos, pois ambos são expressões da vida real. Ao mesmo tempo em que goza de certa autonomia, a linguagem sofre determinações sociais e é preciso separar estes dois níveis: o de sua autonomia e o de suas determinações.

Para Ferdinand de Saussure, definir *langue* não é uma tarefa fácil, pois a linguagem é marcada por dualidades: **língua** e **fala** estão, em certa medida, intrinsecamente ligadas. Como exemplo, a língua é necessária para que a fala seja inteligível, mas a fala é fundamental para que a língua se estabeleça. Além disso, a língua é, ao mesmo tempo, instrumento e produto da fala, mas é a fala que faz a língua evoluir. A língua é essencialmente social e independente do indivíduo, mas é o indivíduo que produz a fala, sendo esta a soma do que as pessoas dizem. A língua é social na medida em que é comum a todos os falantes de uma comunidade linguística.

1.1 Língua

(...) por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que (...) é repetido e reproduzido e tudo que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) (...) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história.

(Mikhail Bakhtin, 1930)

Bakhtin, na tentativa de conceber a noção de língua e compreender sua realidade fundamental, bem como seu modo de existência, afirma que a língua deve ser entendida “como um fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação (enunciado) ou enunciações (enunciados)”, e “não constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [língua como sistema de formas–objetivismo abstrato] nem pela enunciação monológica isolada [língua como expressão de uma consciência individual – subjetivismo individualista], nem pelo ato psicofisiológico de sua produção [atividade mental]” (BAKHTIN, 1992, p. 123).

Para o pensador russo, a língua é uma atividade essencialmente social, dadas as condições inquestionáveis de comunicação entre os falantes. Nega, portanto, o objetivismo abstrato, que não aceitava a capacidade de as línguas evoluírem através do tempo, tampouco que ela só pode ser compreendida no seu processo real de uso. Nega, também, o subjetivismo individualista, que assume ser o indivíduo o centro de estudo da linguagem, como se não sofresse influências significativas do contexto que vivencia, direcionando sua fala para outro.

Diante dessa constatação, é possível concluir que, na concepção do autor, a interação verbal social constitui a realidade fundamental da língua e seu modo de existência se encontra atrelado à comunicação discursiva concreta (concernente à vida cotidiana, da arte, da ciência etc.), vinculada, por conseguinte, a uma situação social imediata e ampla. A língua é uma estrutura internalizada pelos falantes (abstrata) que se realiza nos atos de fala.

1.1.1 Distinção entre língua e discurso

Rodrigues (2005) afirma que é possível observarmos que parece haver, de certa forma, uma indefinição teórica ou uma flutuação terminológica em torno da conceituação dos termos *língua* e *discurso*. A pergunta é: são termos intercambiáveis ou conceitualmente distintos? Entender a língua como discurso significa não ser possível desvinculá-la de seus falantes e de seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos que a norteiam. Por isso que, no conceito de *língua*, vista como objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas (dialogismo), pois elas são impossíveis entre os elementos no sistema da língua (entre os morfemas, as palavras, as orações etc.), entre os elementos da língua no texto e mesmo entre os elementos do “texto” e os textos no seu enfoque “rigorosamente linguístico”.

1.1.2 Distinção entre discurso e fala

Enquanto o **discurso** é a combinação de elementos linguísticos (frases ou conjuntos de frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo, a **fala** é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um **eu** quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso. A fala não sofre qualquer determinação social, mas o discurso sim.

Se na história da língua se perdem as razões que motivam o aparecimento de certas categorias, é no nível do discurso que devemos, pois, estudar as **coerções** sociais que determinam a linguagem. Assim como a frase não é um amontoado de palavras, o discurso não é um amontoado de frases. O discurso pressupõe uma sintaxe e uma semântica.

A semântica discursiva diz respeito aos conteúdos que são investidos nos moldes abstratos sintáticos: determinar o tipo de discurso é um procedimento sintático, mas a personagem a quem se delega voz, o que ela diz, pertence à semântica.

Exemplo 1: João disse que os Estados Unidos vão entrar em guerra.

Exemplo 2: O presidente Bush disse que os Estados Unidos vão entrar em guerra.
O conteúdo do que se diz pertence à semântica discursiva: depende da estrutura social.

Há, no discurso, o campo da **manipulação consciente** (sintaxe: como o falante organiza sua estratégia argumentativa) e o campo da **manipulação inconsciente**. Já, falando a respeito dos elementos semânticos de um discurso, Fiorin (2011) ressalta que o conjunto de elementos semânticos habitualmente utilizados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Estes elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas.

Esses elementos semânticos, assimilados por cada homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo. Por isso, certos temas são recorrentes na maioria dos discursos: “os homens são desiguais por natureza”; “na vida, vencem os mais fortes”; “o dinheiro não traz a felicidade”.

A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita.



Se discursos de natureza muito diferentes se utilizam dos mesmos elementos semânticos (como, por exemplo, liberdade, felicidade, justiça), de que maneira podemos distingui-los?

É preciso estabelecer uma diferença entre **nível profundo** e **nível de superfície**. Assim, numa história infantil, o anel mágico, a espada mágica pertencem ao nível de superfície = o objeto necessário para vencer o dragão. Esses objetos são variações que concretizam um “elemento semântico invariante”, mais abstrato e mais profundo, o “poder vencer”.

Vários textos que falam de “liberdade” pressupõem que esta pode ser concretizada de várias maneiras (evasão espacial = uma ilha no Pacífico; evasão temporal = volta à infância; direito à diferença = de certas minorias...). Ao analisarmos a maneira como um elemento semântico se concretiza, não podemos confundir dois ou três discursos distintos só porque todos falam em “liberdade”.

Embora a determinação ideológica, a maneira de ver o mundo seja mostrada na **semântica discursiva** (estrutura profunda), é no nível superficial, isto é, na concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda, que se revelam, com plenitude, as determinações ideológicas, porque o falante pode dar valores distintos aos elementos semânticos que utiliza: alguns desses valores são considerados eufóricos (positivos) e outros podem ser considerados disfóricos (negativos). Os elementos de valor

positivo em um texto podem não ser positivos em outro e vice-versa (ex.: a morte).

Observe a seguir duas maneiras de dizer a mesma coisa.

Texto A: “Um cavalo, quase morto de fome e de sede, caminhava em busca de água e de comida. De repente, deparou com um campo de feno, ao lado do qual corria um regato de águas cristalinas. O cavalo, não sabendo se primeiro bebia da água ou comia do feno, morreu de fome e de sede”.

Se os textos acima dizem praticamente a mesma coisa, qual é a diferença entre eles? O primeiro é mais concreto e o segundo é mais abstrato; o primeiro é mais figurativo (figuras: cavalo, sede, fome, regato, feno...) e o segundo temático (temas: indecisão, escolha, oportunidades...).

1.2 Texto

Bakhtin (2003b) afirma que o texto (verbal – oral ou escrito – ou também em outra forma semiótica) é a unidade, o dado (realidade) primário e o ponto de partida para todas as disciplinas do campo das ciências humanas, apesar de suas finalidades científicas diversas. O texto constitui a realidade imediata para que se possa estudar o homem social e a sua linguagem, já que sua constituição, bem como sua linguagem é mediada pelo texto; é por meio do texto que o homem exprime suas ideias e sentimentos. Assim, podemos dizer que essa concepção de texto vai ao encontro da concepção de enunciado, por recobrir “um só fenômeno concreto”.

Ainda sobre sua concepção da noção de texto, Bakhtin, no mesmo manuscrito, apresenta duas características que “determinam” o texto como enunciado. São elas:

- i) o seu projeto discursivo (entende-se como o autor e o seu querer dizer) e
- ii) a realização desse projeto (trata-se da produção do enunciado atrelado às condições de interação e a relação com os outros enunciados (já ditos e previstos).

O texto, visto como enunciado, tem uma função dialógica particular: autor e destinatário mantêm relações dialógicas com outros textos (textos-enunciados) etc., isto é, têm as mesmas características do enunciado, pois é concebido como tal. O que faz do texto um enunciado, na concepção bakhtiniana, é ele ser analisado na sua integridade concreta e viva (ou seja, consideram-se os seus aspectos sociais como constitutivos), como fenômeno

sociodiscursivo, vinculado às condições concretas da vida.

1.2.1 Texto e discurso

Texto e Discurso não devem ser encarados como iguais. Para Marcuschi (2002), o texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum Gênero Textual. Já discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. O discurso se realiza nos textos. Travaglia considera o discurso como a própria atividade comunicativa, a própria atividade produtora de sentidos para a interação comunicativa, regulada por uma exterioridade sócio-histórica-ideológica. Texto é o resultado dessa atividade comunicativa. O texto, para ele, é visto como “uma unidade linguística concreta que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão”.

Para Fiorin (2011), enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas, o texto é, unicamente, um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social.

No nível do texto é grande a liberdade individual, já no nível do discurso o homem está preso a temas e figuras das transformações discursivas existentes na formação social em que está inserido.

1.3 Sobre o Conceito de Ideologia

O termo ideologia, segundo Brandão (2004), é matizado por diferentes nuances significativas e disso decorrem muitas controvérsias a seu respeito. De acordo com a autora, inicialmente, a ideologia era entendida como “ciência positiva do espírito”, se opondo à metafísica, à teologia e à psicologia pela exatidão e rigor científicos dessas disciplinas.

- **Texto** (verbal) é a unidade linguística concreta percebida pela audição (na fala) e visão (na escrita) que tem unidade, sentido e intencionalidade.
 - **Contexto discursivo** são os fatores que formam a situação na qual é produzido o texto.
 - **Discurso** é a atividade comunicativa - constituída de texto e contexto discursivo (**quem fala, com quem fala, com que finalidade**), capaz de gerar sentido, desenvolvida entre interlocutores.
- O texto é uma manifestação linguística produzida em uma situação concreta (contexto), com um determinado propósito (intenção) que culminará num discurso.

Posteriormente, contrariando o significado original, o termo passa a ter um sentido pejorativo com Napoleão Bonaparte, que define os ideólogos franceses de abstratos, idealistas e perigosos para o poder. Então, a ideologia passa a ser vista como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamento objetivo e perigosa para a ordem estabelecida. Nessa perspectiva, observamos que são muitas as concepções acerca do termo, mesmo dentro de correntes, teoricamente, afins. De qualquer maneira, o significado de ideologia que mais se difundiu foi aquele relativo ao critério de verdadeiro e falso, que se refere à tradição marxista.

1.3.1 Ideologia em Marx e Engels e na visão bakhtiniana

A noção de ideologia para Marx e Engels tem um sentido negativo, devido ao desvio de percurso praticado pelos filósofos alemães, que consiste em partir das ideias para se chegar à realidade. Os autores, assim, fazem uma crítica em relação ao conceito de ideologia vigente, apontando seu caráter negativo devido à separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas em que são produzidas.

Desse modo, prevalece a ideologia da classe burguesa, que é um instrumento de dominação, pois a classe dominante faz com que seus pensamentos passem a ser ideias de todos. Dessa forma, a ideologia se reduz a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social. A tradição marxista entende a ideologia como o mecanismo que deforma a realidade, apresentando a suposição de um discurso ideológico que serve para legitimar e reproduzir o poder da classe dominante.

Mikhail Bakhtin, ao formular sua teoria sobre ideologia, faz uma crítica à produção teórica marxista, que a considera mecanicista, devido ao estabelecimento de uma ligação direta entre acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas. Ele considera a ideologia como uma instância dialética, que é construída sempre na vertente da instabilidade e estabilidade, e não pela estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; isto é, ele constrói o conceito na concretude do acontecimento. Neste sentido, Bakhtin destrói e reconstrói parte da concepção de ideologia marxista – que se refere à falsa consciência, disfarce da realidade social, ideologia oficial – colocando, ao lado desta, a ideologia do cotidiano.

Dessa forma, a ideologia oficial é compreendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de mundo (conteúdo estável); e a ideologia do cotidiano é construída nos encontros casuais, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida (conteúdo instável). Ambas formam o contexto ideológico completo e único, em relação recíproca, sem perder de vista o processo global de

produção e reprodução social. Assim, ela é vista de maneira mais ampla, como uma visão de mundo de uma determinada comunidade social dada num determinado tempo histórico. Esta noção compreende a relação **linguagem e ideologia** como estreitamente vinculada e necessária, uma vez que é por meio da e na linguagem que a ideologia se materializa.

1.3.2 Todo discurso é provido de ideologia

Citelli (2005, p.6) afirma que o elemento persuasivo está colocado ao discurso como a pele ao corpo. É muito difícil rastreamos organizações discursivas que escapem à persuasão. Todo texto, escrito ou falado, contém um enunciador incorporado e possui a voz de determinado sujeito, que está além do texto, e que Maingueneau (2001) define como *ethos*. Para Roland Barthes (*apud* Maingueneau, 2001, p.98), as características desse *ethos*

São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se representar. [...] O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo.

No entanto, o *ethos* torna-se característica também do texto escrito, que traz uma intencionalidade incorporada, o posicionamento implícito de determinado sujeito. Assim, Maingueneau (2001, p.98) afirma que o *ethos* é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. Dessa maneira, nenhum discurso é isento de intencionalidade, de ideologias, de posicionamentos de determinadas instituições e indivíduos. Todo discurso traz enunciados já referidos em outros, quer implícitos ou não.

Bakhtin (*apud* Fairclough, 2001, p.134) argumenta que nossa fala é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reacentuamos. O discurso permite que os indivíduos ajam sobre o mundo, sobre outras pessoas, sobre classes sociais, estabelecendo (pré)conceitos e transformando o meio social. No entanto, ele traz ideologias que caracterizam determinados grupos sociais e que estigmatizam

outros. Percebe-se, portanto, que não existe discurso que seja isento de intencionalidade, de ideologias, pois sempre há determinada intenção por parte de quem o produz.

Ideologia não se confunde com “falsa consciência” – “não me venha com ideologias!”. A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico. Embora haja, numa formação social, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa.

1.4 Formação Discursiva e Formação Ideológica

Na constituição do discurso, além da importância das condições de produção nas quais é elaborado, tem grande importância, também, a Formação Discursiva e Ideológica. Mussalim (2003), ao descrever o que é Formação Discursiva, menciona a definição dada por Foucault, na qual ele a define como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercícios da função enunciativa. A autora complementa a teoria dada por Foucault, afirmando que uma formação discursiva determina

Formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem ideias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido mais amplo de instrumento de comunicação verbal e não verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo.

Figuras: classe pobre: comprar uma casa.

classe rica: fazer uma viagem pelo mundo.

jovem: uma calça azul e desbotada = liberdade.

o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva.

Diante dessa definição, Mussalim deixa claro que as formações discursivas sempre se correspondem com outras Formações Discursivas para a sua concepção, ela se baseia em outras Formações Discursivas para elaborarem seu próprio discurso. Sendo assim, uma FD é atravessada pelo pré-construído, definição dada por Pêcheux, em que ele a define como

discursos que vieram de outro lugar e que são incorporados por ela em uma relação de confronto ou aliança. Pode-se dizer que uma Formação Discursiva é constituída por paráfrases, já que é um espaço no qual enunciados são retomados e reformulados.

A heterogeneidade constitutiva do discurso, segundo Mussalim, o impede de ser um espaço estável, fechado, homogêneo, inserindo-o em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a Formação Ideológica pela qual é governado lhe concede. Uma FD sofre coerção das Formações Ideológicas em que está inserida. Assim, o que irá ser dito já está previsto, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra FD.

A formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas.

RESUMO DA UNIDADE

A linguagem é, ao mesmo tempo, autônoma em relação às formações sociais e determinada por fatores ideológicos; as coerções ideológicas constituem um elemento pré-semântico que determina o componente semântico; a concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo, autônomo e determinado obriga a análise a voltar-se para dentro e para fora, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto. O itinerário pelo discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta na história.

PARA SABER MAIS

Filosofia da Linguagem e Ideologia. Disponível em: <<http://oficina-de-filosofia.blogspot.com.br/p/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>>.

Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. Disponível em: <<http://www.ufff.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>>.

O discurso da Análise do Discurso: quando língua e história se encontram. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/lingua_e_historia.pdf>.

REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM

Estudar e analisar o *discurso* em suas várias modalidades deve desfazer a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso. Ele é, antes, servo da palavra, uma que vez que os temas, figuras, valores, juízos etc. provêm das visões de mundo existentes na formação social.

ATIVIDADE 1

1. Observe a charge e tente analisar os discursos seguindo os direcionamentos sugeridos a seguir:



Fonte: www.portuguelandia.com.br

a) Qual a ideologia imbricada no discurso do chefe?

b) Qual a intenção do chargista no discurso do supervisor?

c) Qual a intenção do chargista no discurso do chefe?

SUGESTÕES DE LEITURA

Bakhtin, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L. *et al.* (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

UNIDADE 2

TEORIAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO

OBJETIVO DA UNIDADE

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de entender a conjuntura intelectual da análise de discurso, seus dispositivos de interpretação, as condições de produção do discurso e interdiscurso: o dito e o não dito; a relação da Ideologia com o Sujeito do Discurso; além identificar as tipologias e relações entre discursos.

2 TEORIAS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem, em si, a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. A AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas, com a língua no mundo, com homens falando, considerando a produção de sentidos, membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2007).

A Análise do Discurso não trata apenas de transmissão de informação, nem existe a linearidade na disposição dos elementos da comunicação. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não existe a separação entre emissor e receptor, nem existe uma sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. A AD faz um recorte teórico, relacionando língua e discurso. No seu quadro teórico, o discurso não é visto como uma liberdade em ato, sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos.

A Análise do Discurso visa à compreensão de como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando os gestos de interpretação considerados como atos de domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise não se estaciona na interpretação, mas trabalha seus limites, mecanismos, como parte dos processos de significação. A interpretação é o sentido pensando no co-texto e o contexto imediato. Por exemplo, em uma situação “x” Jéssica diz que Carlos vai ao parque. Paulo

pergunta como ela sabe e ela responde: “Ele disse isso”. Interpretando, “ele” é Carlos e “o que” ele disse é que vai ao parque. No entanto, compreensão é muito mais, é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos.

Tomemos como exemplo a época de eleições no campus universitário. Na entrada, há uma grande faixa preta com a seguinte frase em largas letras brancas “vote sem medo”, seguido de explicação de que os votos não seriam identificados. A faixa negra traz a memória do ponto de vista da cromotografia política, que o negro é a cor do fascismo, dos conservadores, “da direita” em sua expressão política. Já as palavras “sem medo” parecem apoiar o eleitor em sua posição, o eleitor podia estar sendo ameaçado por algum dos candidatos. Outro efeito de sentido de modo mais indireto: as entidades assinam significa que elas estão tomando posição contra alguns dos candidatos, que poderiam estar ameaçando os eleitores. Se construirmos uma paráfrase dessa faixa, seria uma faixa branca escrita em vermelho: “vote com coragem”. Nesse outro modo de dizer, há outras palavras e outras cores produzindo, conseqüentemente, outros efeitos de sentidos. A cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras. Sobre o fundo branco, juntamente com as palavras “com coragem”, faz apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta.

2.1 Condições de Produção e Interdiscurso

As condições de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação. A memória também faz parte da produção do discurso. O jeito como a memória “aciona” e faz valer as condições de produção é fundamental. As condições de produção em sentido estrito e as circunstâncias da enunciação formam o contexto imediato. E, se a considerarmos em sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. Tudo é levado em conta na Análise do Discurso. No exemplo da faixa, onde foi colocada, os sujeitos que a assinam (entidades de funcionários e docentes), o momento das eleições e o fato do texto ter sido escrito em uma faixa e não em outro suporte material qualquer.

Já a memória, por sua vez, tem suas características. Quando pensada em relação ao discurso, ela é tratada como interdiscurso. Ou seja, é a memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Segundo Courtine (1981), o interdiscurso é

representado como um eixo vertical em que teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em enunciado(s). E no eixo da formulação, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

Podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. A noção discursiva é concebida como aquilo que, numa formação ideológica – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica definida – determina o que pode e deve ser dito.

2.2 Para uma teoria de Análise Crítica do Discurso

2.2.1 Termos-chave da Análise do Discurso

Para Maingueneau (2006), tomado em sua acepção mais ampla, aquela que ele tem precisamente na *análise do discurso*, esse termo designa menos um campo de investigação delimitado do que certo modo de apreensão da linguagem (grifo do autor): esse último não é considerado, aqui, como uma estrutura arbitrária, mas como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Nesse emprego, *discurso* não é susceptível de plural: dizemos “o discurso”, “o domínio do discurso” etc. Por supor a articulação da linguagem sobre parâmetros de ordem não linguística, o *discurso* não pode ser objeto de uma abordagem puramente linguística. Mas o termo *discurso* entra, igualmente, em uma série de oposições em que ele toma valores mais precisos. Em particular:

- **Discurso/frase:** o discurso é uma unidade linguística constituída, por sua vez, de uma sucessão de frases. É nessa acepção que Harris (1952) fala de “análise do discurso”. Preferimos, hoje, falar de “*texto*” e de *linguística textual*.
- **Discurso/enunciado:** além de seu caráter de unidade linguística (= de enunciado), o *discurso* forma uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas, ou seja, depende de um gênero de discurso determinado: debate televisionado, artigo de jornal, romance etc.. Nessa perspectiva, *enunciado* e *discurso* remetem a dois pontos de vista diferentes: “um olhar lançado sobre o texto, do ponto de vista de sua estruturação “na língua”, faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso.” (GUESPIN, 1971. p.10)

- **Discurso/língua:**

a) A *língua*, definida como sistema de valores virtuais, opõe-se ao *discurso*, ao uso da língua num contexto particular, que, ao mesmo tempo em que restringe os já existentes, pode suscitar o aparecimento de novos valores. Essa distinção é muito utilizada para o léxico; a neologia lexical, em particular, depende do *discurso*.

b) A *língua*, definida como sistema compartilhado pelos membros de uma comunidade linguística, opõe-se ao *discurso*, considerado como um uso restrito desse sistema. Pode se tratar: 1) de um posicionamento num *campo discursivo (o “discurso comunista”, o “discurso surrealista”...); 2) de um tipo de discurso (“discurso jornalístico”, “discurso administrativo”, “discurso romanesco”, “discurso do professor na sala de aula”...); 3) de produções de uma categoria de locutores (“o discurso das enfermeiras”, “o discurso das mães de família”...); 4) de uma função da linguagem (“o discurso polêmico”, “o discurso prescritivo”...). Produz-se, frequentemente, um deslizamento do sistema de regras ao *corpus*: o “discurso socialista” designa tanto as regras que especificam uma posição enunciativa como socialista como o conjunto dos enunciados efetivamente mantidos com base nessa oposição. Foucault assevera: “Chamaremos *discurso* um conjunto de enunciados que dependem da mesma formação discursiva.” (1969, p.153)

- **Discurso/texto:** o *discurso* é concebido como a associação de um texto a seu *contexto*.

2.3 Noções sobre Interdiscurso

O *interdiscurso* está para o discurso assim como o intertexto está para o texto. Pode-se chamar interdiscurso um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes.). Assim, Courtine (1981) chama de *interdiscurso* uma articulação contrária de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas. Se considerarmos um discurso particular, podemos também chamar *interdiscurso* o conjunto das unidades discursivas com as quais ele entra em relação. Segundo o tipo de relação *interdiscursiva* que privilegiamos, poder-se-á tratar dos discursos citados, dos discursos anteriores do mesmo gênero, dos discursos contemporâneos de outros gêneros etc.

Esse *interdiscurso* pode dizer respeito às unidades discursivas de dimensões bem variáveis. Charaudeau (1994) fala, assim, de *sentido*

interdiscursivo para as locuções ou os enunciados fossilizados que são associados regularmente às palavras e contribuem para dar-lhes um “valor simbólico”. Por exemplo, para pássaro, unidades como “comer como um pássaro”, “ser um pássaro engraçado”. Do lado oposto, outros analistas do discurso reservam o termo *interdiscursividade* para formações discursivas. Entre esses dois extremos, encontramos unidades discursivas de dimensões variadas: uma definição de dicionário, uma estrofe de poema, um romance...

2.4 A Análise de Discurso Crítica (ADC)

Disciplina com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais.

Para tanto, as análises empíricas em ADC devem se movimentar entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade. O discurso, nessa concepção, é socialmente constitutivo – através do discurso se constituem estruturas sociais – e constituído socialmente – os discursos variam segundo os domínios sociais em que são gerados, de acordo com as ordens de discurso a que se filiam.

Uma característica determinante da ADC é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas. Com esse objetivo, a ADC vem se desenvolvendo, estreitando seus laços com teorias sociais e com metodologias várias.

Observa-se que houve, nos enquadres analíticos, um movimento do discurso para as práticas sociais, ou seja, a centralidade do discurso como prática dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais.

Busca-se trazer para a discussão algumas das perspectivas da Ciência Social Crítica, fundamentais para o desenvolvimento do enquadre atual de ADC, procurando demonstrar como esse diálogo serviu para aprofundar a abordagem de questões discursivas como identidade e ideologia.

2.4.1 O Modelo Tridimensional

O modelo tridimensional de ADC, proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992, distingue três dimensões no discurso – texto, prática discursiva e prática social –, segundo propósitos analíticos. Nesse modelo, a análise é, portanto, dividida em três etapas.

Por prática discursiva entendem-se os processos de produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais relacionados aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso (o termo “tipo de discurso” é utilizado em referência a discursos inseridos em campos institucionais, como o discurso burocrático e o discurso pedagógico, por exemplo), de acordo com fatores sociais envolvidos. A prática discursiva é mediadora entre o texto e a prática social. Segundo Fairclough:

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre “pistas” no texto. (2001, p. 35-36)

O que Fairclough (1992) propõe é um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social. O modelo é representado pela Figura 1.

O modelo de análise do texto é pormenorizado em categorias. São categorias da análise textual, o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. O estudo do vocabulário trata das palavras individuais – neologismos, lexicalizações, relexicalizações de domínios da experiência, superexpressão, relações entre palavras e sentidos – e a gramática, das palavras combinadas em frases. A coesão trata das ligações entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções. A estrutura textual se refere às propriedades organizacionais do texto em larga escala, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades cognitivas de produção, distribuição e consumo do texto. Analisam-se, também, as categorias força, coerência e intertextualidade. A força dos enunciados se refere aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade).



Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p. 101).

A análise da prática social está relacionada aos aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Na categoria ideologia, observam-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas, o estilo. Na categoria hegemonia, observam-se as orientações da prática social, que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Procura-se investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos (FAIRCLOUGH, 1997).

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-la como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade você aprendeu que o que define de fato o **sujeito é o lugar de onde fala**. “*Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar*” (FOUCAULT, 1999). Aprendeu que o lugar do sujeito para a análise do discurso é um espaço de representação social, por exemplo: o lugar de médico, de pai, de professor, de motorista. Esse lugar é uma unidade abstrata, pois, na prática, é atravessado pela dispersão. Aprendeu, ainda, que a **linguagem do sujeito do discurso** são práticas de falar, ler, escrever, citar, analisar, reproduzir, repetir, resumir, criticar, narrar, imitar, parafrasear, parodiar, entre outras. Discurso é a materialização do contato entre o linguístico e o não-linguístico. Você viu que o **sujeito** é concebido como essencialmente **histórico**; razão porque sua fala é sempre produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. Desse modo, a noção de sujeito histórico articula-se à de sujeito ideológico. Por conseguinte, “o que” este sujeito fala sempre compreende um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social, tratando-se de um sujeito “descentrado” entre o “eu” e o “outro”.

PARA SABER MAIS

A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. **Interdiscurso e Condições De Produção:** Sobre A Produção DE ENUNCIADOS. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/viewFile/333/289>>.

Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>.

REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM

O conhecimento sobre os conceitos da Análise do Discurso é muito importante e muito nos ajuda, também, na compreensão dos discursos, dos textos, levando-se em consideração todos os aspectos que foram utilizados na sua constituição, tornando-nos capazes de reconhecê-los no discurso e, com isso, nos levando, ainda, a produzir discursos muito bem elaborados, ao colocar todos os aspectos que constituem um discurso no nosso próprio discurso.

ATIVIDADE 2



Agora, o que você acha de partilharmos conhecimentos por meio de produções de textos escritos?

- 1- Realize uma pesquisa em obras de teóricos que discutam Análise do Discurso (AD) e Análise Crítica do Discurso (ADC) e explique a respeito da diferença entre elas.
- 2- Esclareça, a partir de exemplos, a diferença entre AD e ADC.

SUGESTÕES DE LEITURA

Brandão, H. H. N. Gêneros do Discurso e formas de textualização. In: MACEDO, J.; ROCHA, M. J. C.; SANTANA NETO, J. A. de. **Discursos em análise**. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Instituto de Letras, 2004, p. 35-51.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela *et al.* **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português**. Campinas, Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991, 330 + 124 pp.

ANOTAÇÕES

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

UNIDADE 3

TIPOS E FORMAS DO DISCURSO

OBJETIVO DA UNIDADE

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de compreender conceitos de Discurso; entender a noção de discurso para Michel Pêcheux; conhecer as tipologias, formas e Relações entre Discursos à luz da Análise do Discurso.

3 TIPOS E FORMAS DO DISCURSO

3.1 Conceitos de Discurso

Do latim *discursu*, significa “muito”, embora o prefixo **dis-** seja de negação, separação. O discurso nunca é o mesmo. O curso segue, mas o discurso “separa”, ou seja, renova-se, constrói-se a cada enunciação, a cada interação. É por meio do discurso que as interações são mediadas. E elas, de acordo com Bakhtin (1997, p.127), são processos puramente sociais: “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação verbal social dos locutores”. Isso significa que a língua não é morta. Ela tem movimento e história, assim como os indivíduos que a proferem. O autor assevera que a palavra “discurso” não tem um conceito preciso para os linguistas. Há muita confusão e dúvidas em relação a ela, ou seja:

a vaga palavra “discurso” que se refere indiferentemente à língua, ao processo da fala, ao enunciado, a uma sequência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos linguistas num termo rigorosamente definido e de significação restrita. (1992, p. 292-293)

Para Bakhtin, o enunciado é a unidade real da comunicação verbal. E mais: “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma” (*idem, ibidem*, p. 293).

O discurso, seja ele oral ou escrito, só existe porque há um sujeito que o produziu. Logo, o indivíduo, pelo discurso, torna a comunicação

concreta. Bakhtin assevera que os discursos são infinitos e se ampliam e se desenvolvem sem cessar porque os seres humanos possuem inúmeras atividades e essas são inesgotáveis. Embora cada enunciado seja único, ele está sempre inserido em um contexto e marcado pela realidade que o cerca. Assim sendo, o enunciado possui mecanismos internos que são determinados pelo meio social em que o indivíduo se insere e, por isso, o discurso é sempre irrepetível, isto é, cada enunciado está fixado em contextos únicos porque eles têm movimento e história.

Para Fiorin (1997, p. 77), a concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo, autônomo e determinado obriga a análise a se voltar para dentro e para fora, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto. A análise, ainda que **não negue a relativa autonomia do discurso, não o vê como uma** autarcia, pois a chave para sua inteligibilidade última não está nele mesmo, mas, na formação ideológica que o governa. As determinações últimas do texto estão nas relações de produção. (...) Talvez não sejam apenas as coerções ideológicas que determinam o discurso. Afinal, a linguagem é um fenômeno extremamente complexo e multifacetado.

Ao mesmo tempo em que Fiorin concebe o discurso como independente e livre, ele, também, o vê determinado pelas inúmeras situações cotidianas e históricas. Livre, porque o indivíduo tem liberdade para proferi-lo. No entanto, essa autonomia está sempre vinculada ao meio social em que os indivíduos se inserem, logo, sofre influência e a sua liberdade é uma liberdade condicionada.

Bakhtin não concebe o discurso fora do social, porque “estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado” (1998, p. 99). É através do discurso que se constrói a sociabilidade humana e, por isso, ele não pode ser visto “apenas como uma possibilidade de comunicação, mas também de constituição da subjetividade e de exercício de um poder.” (VOESE, 2000, p. 14)

O discurso não é um código, uma vez que os conteúdos também se manifestam de forma implícita, pois nem sempre aquilo que é enunciado é o que quis ser dito. Desse modo, não se pode querer colocar a língua e, conseqüentemente, o discurso em uma fôrma, porque não é possível. O discurso é a liberdade que cada um tem ao poder se manifestar, pois o sujeito se apropria dos discursos dos outros, mas não os reproduz igualmente. O sujeito faz escolhas, ou seja, ele é livre porque tem autonomia para escolher entre alternativas, embora, muitas vezes, a sociedade restrinja e controle a atividade discursiva, porquanto nela circulam, privilegiadamente, os discursos que interessam à classe que domina.

Ao se valer do discurso, o indivíduo passa a se socializar, o que envolve relações dialógicas e ideológicas. Para Bakhtin, a dialogia se refere

às relações que um discurso mantém com outros discursos. Para Machado (1995, p. 48), Bakhtin situa a noção de dialogismo como fenômeno elementar do discurso romanesco e de toda relação que o homem mantém com o mundo mediante a linguagem. O dialogismo é o princípio básico da teoria bakhtiniana e o discurso é sempre um processo dialógico que se estabelece entre **eu** e o **outro**. A dialogia permeia todas as relações, o que explica que todos os discursos são polifônicos, na medida em que refletem, constantemente, os discursos alheios. Apreende-se e se constrói o discurso a partir das interações sociais que se tem com os outros indivíduos, por isso “a alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro.” (BARROS, 2001, p. 26)

Segundo Bakhtin (1997), o discurso não tem um sentido único, ele é polissêmico. E, por isso, nas interações haverá, necessariamente, conflitos, pois quanto mais os indivíduos interagem, mais diferenças aparecem. É isso, porém, que é produtivo, porque o conflito pode gerar a mudança. Por meio dos discursos se travam, então, lutas entre as forças sociais que estão sempre em conflito porque, ao interagirem, atuam com interesses diferenciados e com diferentes sentidos. E se o discurso é resultado das determinações sociais, ele é ideológico. Logo, não é neutro, nem ingênuo e, por isso, é importante saber sobre suas manifestações que devem ser entendidas como um acontecimento também histórico e político.

Brandão (2009, p. 12) diz que o discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem, enquanto discurso, é interação e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (...) a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Por isso, pode-se dizer que o discurso é parte integrante do homem e da sua história, pois é pelo discurso que o homem é conhecido e é por ele que se constrói, exatamente, porque o discurso é interação e é conflito que possibilita a mudança.

Para Bakhtin, a experiência discursiva põe os homens em constante interação, inclusive quanto aos pensamentos. Os discursos que pronunciamos são formados e desenvolvidos graças ao nosso convívio com as pessoas, portanto eles são frutos da interação, são provenientes dos enunciados que outros proferiram e que, por sua vez, também foram produzidos através de outros enunciados alheios. E o enunciado do indivíduo que incorpora outros enunciados será, por seu turno, objeto de apropriação de discursos futuros ainda não produzidos.

É importante salientar que, embora o discurso seja único a cada enunciação, todo enunciado é, também, fruto das atividades de apropriação de outros discursos. Significa que todo enunciado se constrói com referências que outras vozes formulam no meio histórico-social em que o indivíduo está. Entretanto, através do discurso, os enunciados podem explicitar mais ou menos as ideias postas e/ou impostas. Percebe-se, pois, quão importante é o discurso, não só para entendermos o outro, mas, também, como referência para esclarecer qualquer assunto que faz parte da vida do indivíduo.

Para Voese (2000), é a heterogeneidade sócio-cultural, enquanto geradora da pluralidade de sentidos, que a ideologia busca controlar quando faz parecer como geral o que é uma representação singular de sociedade: o que preenche a função da ideologia, entendida como representação de sociedade e de mundo construída com base em um sistema de referência ligado a uma determinada classe ou grupo social. É criar a imagem de representação única e melhor.

Voese (2004, p. 9) afirma que a distribuição dos papéis, de acordo com os lugares sociais que os indivíduos ocupam, corresponde a uma hierarquização que concretiza uma diferenciação quanto ao valor e à importância social, ou seja, há valores de papéis sociais que se agregam às falas, unindo-as com maior ou menor força para produzir efeitos de poder. Assim sendo, o lugar social do indivíduo, isto é, o grupo a que ele pertence é importante para que os sentidos sejam estabelecidos. Essas forças exercidas e os valores perpassam toda a sociedade e envolvem sexo, cor, classe social, escolaridade e profissão.

3.1.1 A noção de discurso para Michel Pêcheux

Em meio a não hegemonia de um conceito para discurso, situam-se os estudos de Michel Pêcheux:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento. (MALDIDIER, 2003, p.15-16)

Pêcheux denunciava a necessidade de ruptura com o caráter essencialmente político para a determinação da palavra discurso, condenada ao acordo com uma evidência empírica. O discurso é a história na língua. Temos então a tríade **língua, sujeito e história** na constituição de discurso. Por tratar-se de uma materialidade lingüística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia. Para a análise de discurso, os dados não existem em si mesmos, uma vez que a concomitância do fato e do acontecimento é necessária para haver significação. O fato nos direciona ao interdiscurso¹, à memória do dizer, não nos permitindo a queda na armadilha do empirismo, da evidência e do que a história aponta como “natural”, mas sim o encontro com acontecimentos que possibilitam a emergência do discurso. Os efeitos de sentido produzidos no discurso são evidenciados pela história, por efeitos ideológicos, como se os efeitos do discurso fossem já neutros, *a priori*.

Os processos discursivos desenrolam-se sobre os pilares de leis intrínsecas à língua, portanto não são expressões de um pensamento. Segundo Pêcheux (1988), a discursividade não é a *parole*, definição elaborada por Saussure, ou seja, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua.

Pêcheux (1988) assevera que discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Assim sendo, não há intuito de transmissão de informações tão somente. Nesse processo de interlocução, existem sujeitos se constituindo. São sujeitos e são sentidos afetados pela história no funcionamento da língua(gem). Os efeitos de uma enunciação são múltiplos e diversos, já que o sentido diz e também não diz, pois existem silenciamentos e o *non-sens*:

O objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da língua como base material. Por tratar-se de uma produção social, suas regularidades somente são apreendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seu produto uma vez mais, pois é dispersão de textos, de sujeitos e de sentidos e seu funcionamento advém da própria noção de linguagem.

É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.

¹ O interdiscurso se constitui de um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2007, p. 33). Isso implica dizer que para que o que falamos faça sentido é necessário que já faça sentido antes.

3.2 Tipologias e Relações entre Discursos

São muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso. Um dos mais comuns é o que reflete as distinções constitucionais e suas normas. Temos, então, o discurso político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o médico, o científico. Com suas variáveis: o terapêutico, o místico, o didático etc. Também as diferenças das disciplinas podem estar na base de tipologias: o discurso histórico, sociólogo, antropólogo, biológico, o da física etc. Há, ainda, diferenças relativas entre estilos (barroco, renascentista etc.), entre **gêneros** (narrativa, descrição, dissertação), entre subdivisões no interior dos já categorizados (em relação ao político, neoliberal, marxista etc.) e assim por diante.

O que interessa primordialmente ao analista são as prioridades internas ao processo discursivo: condições, remissão à formação discursiva, modo de funcionamento, observando-se sem dar nenhuma prioridade a determinados tipos de discursos, tais como: autoritário, lúdico ou polêmico, de modo que é sabido que não há um discurso puramente autoritário; o que há são misturas, articulações de modo com base nas quais podemos dizer que o discurso tem um funcionamento autoritário, ou tende para o autoritário (para paráfrases) etc.

Um modo de se evitarem essas categorizações é dizer em relação aos modos de funcionamento discursivo que o discurso em análise tende para a paráfrase, ou para polissemia (quando lúdico) e se divide entre polissemia e paráfrase (quando polêmico).

3.2.1 Os tipos de discurso

Na visão de Orlandi (2007), podem-se distinguir os discursos principalmente por duas perspectivas: as normas e as instituições nas quais estão filiados. Temos então o **discurso científico**, o **discurso religioso**, o **discurso político**. Ainda assim, os discursos filtram-se mais uma vez por estarem atrelados à determinada especialidade e aí temos o **discurso biológico**, o **discurso ecológico**, etc. É possível desmembrar em inúmeras tipificações quanto à característica de cada discurso, naquilo que cada um tem de mais particular. Mas, para a análise de discurso, o que importa é o funcionamento de seu objeto, visto que a tipologia engendra uma cristalização que está no extralinguístico, ou melhor, está no extradiscursivo.

Orlandi apresenta-nos uma tipologia do discurso tendo como critério, em seu debruçar teórico, os modos de funcionamento do discurso, e observando, por base, os elementos constitutivos de suas condições de produção e suas relações com o modo de produção de sentidos com seus efeitos, a saber:

a. **Discurso autoritário:** aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor. É aquele em que o falante impõe sua vontade sobre o ouvinte, geralmente sem lhe dar oportunidade de responder ou questionar. Representa a vontade de poder, de influenciar comportamentos, de obter vantagens. É importante notar que o *discurso autoritário* não tem nada a ver com o *discurso dominante*, já que mesmo pessoas sem poder nenhum podem ser extremamente autoritárias, como é o caso de um mendigo que subjuga sua companheira, de um porteiro que humilhe outro porteiro, etc.

b. **Discurso polêmico:** O *discurso polêmico* é aquele em que duas ou mais pessoas ou facções emitem opiniões contrárias, podendo ir desde uma discussão banal, como “qual o melhor time de futebol?”, até discussões de grande alcance filosófico-existencial, como “qual o melhor sistema político: presidencialismo ou parlamentarismo?”. É um tipo de discurso com duas facetas: por um lado, ele estimula o intelecto, na medida em que nos põe em contato com os vários ângulos de uma questão; por outro lado, o engajamento em discussões estéreis implica uma demanda de tempo precioso, que poderia ser mais bem aproveitado em atividades mais construtivas. Nele, a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. **Discurso lúdico:** aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos (2007, p. 86). É aquele feito por puro prazer, normalmente sem visar à persuasão, objetivando somente a comunicação interpessoal, o diálogo (em alguns casos, nem isso, apenas a comunicação consigo mesmo, o monólogo). É importantíssimo para nossa saúde mental e nosso bem estar, por sermos seres gregários, que se ressentem da ausência de contato e comunicação. Como exemplo de discurso lúdico, podemos citar a fala de uma criança (inicialmente, mais uma brincadeira do que uma tentativa real de se comunicar), muitos poemas e canções (principalmente aquelas da “Bossa Nova”), a conversa entre amigos de longa data e grande intimidade, o ato de contar piadas.

Essa categorização obedece ao princípio discursivo das determinações, pois se constitui de propriedades internas ao funcionamento do discurso. Baseia-se, então, nas relações entre referente, sentidos e sujeitos. O fato de os discursos carregarem a designação lúdica ou autoritária não implica, no que diz respeito à primeira, uma brincadeira do sujeito, nem tampouco obriga a última a se valer de uma denominação vulgar ou menos

validada.

A ludicidade autoriza o jogo da linguagem enquanto polissemia com abertura para os gestos de interpretação de cada sujeito. O lúdico não é uma intenção, mas uma prática. Segundo Orlandi (2007), o fator autoritário se deve à injunção, à paráfrase e não a um caráter moralista na interlocução. Torna-se necessário inscrever-se no repetível para se filiar e promover uma formulação já significada, em que o sujeito se identifica, pois sem a repetição não há sentido, muito menos interpretação.

Orlandi (1998) faz uma explanação entre a **paráfrase** (o mesmo) e a **polissemia** (o diferente). A paráfrase se mostra como uma produção dos efeitos de sentido na memória do dizer. Um sempre retorno ao já dito na enunciação de um discurso que pela inscrição na história possibilita a realização e a ancoragem do dizer no **interdiscurso**. Pertence à ordem da memória discursiva. Por esse lado, se há paráfrase é porque existe produtividade na linguagem. Nessa formulação, o sujeito retoma um dizer e o reformula preso à mera variação e série. Por outro lado, na polissemia há a possibilidade do diferente.

A polissemia é da ordem da ruptura, do deslocamento. É lugar do diferente. É espaço da capacidade inventiva da língua, onde o sujeito se movimenta com sua inscrição na história, onde o sentido também tem a ver com a historicidade. A polissemia abre caminhos com seus efeitos de sentido enunciados sem processos de (re)significação no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos, abrindo espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido outro.

O fator de dominância é constituinte, na tipologia proposta por Orlandi. Um discurso não se realiza totalmente como autoritário, lúdico ou polêmico. Há a concomitância dessa tríade. No entanto, existe a preponderância de um sobre o outro. O autoritário não funciona em sua homogeneidade, mas articula-se em sua monossemia da mesma maneira que o lúdico em sua polissemia e o polêmico funciona entre a polissemia e a paráfrase.

Orlandi (2007) afirma, ainda, que o funcionamento do discurso também tem a ver com as relações de exclusão ou inclusão e, igualmente, com as relações de sustentação, oposição, etc., de elementos de um discurso para o outro. O critério da reversibilidade é noção basilar quanto ao tipo de discurso, pois determina o andamento da interlocução.

O grau de reversibilidade irá configurar a posição (não como troca, mas como movimento) de papéis entre os sujeitos em interlocução no discurso. Assim, cada discurso mostra-se em sua tensão: o lúdico aponta para o jogo, o polêmico aponta para o debate e o autoritário aponta para a ordem. No acontecimento dos discursos lúdico, autoritário e polêmico, a interação se dá via dimensão histórica e social da linguagem, ao passo que a polissemia (o diferente) mostra a multiplicidade dos efeitos de sentido.

Através dessas formulações, destitui-se a estagnação do discurso, ou seja, há uma tendência para determinado tipo.

Há, por fim, outros Tipos de Discurso como: o **discurso filosófico-questionador**; o **discurso sedutor**; o **discurso amoroso**; o **discurso científico**; o **discurso emocional**; o **discurso servil**. Consideramos que o estudo dos tipos de discurso deveria ser mais abrangente, já que o caráter extremamente *pessoal* dos discursos *sedutor* e *amoroso*, o caráter *histórico-social* dos discursos *emocional* e *servil* e o caráter *intelectualizado* dos discursos *filosófico-questionador* e *científico* não devem ser descartados em nenhum estudo sério dos tipos de discurso.

3.3 Tipos e Formas dos Discursos

A prática discursiva abrange os três processos textuais: **produção**, **distribuição** e **consumo**, além da natureza deles, que varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Assim, entende-se que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos de forma peculiar, conforme o contexto social específico dele, sendo que os três podem ser coletivos e/ou individuais.

Para Fairclough (2001), existe um conjunto de “traços” do processo de produção, ou um conjunto de “pistas” para o processo de interpretação. Elas são intrínsecas às dimensões “sociocognitivas” específicas de produção e interpretação textual. As interpretações se centralizam na inter-relação entre os recursos que os participantes do discurso têm interiorizado e trazem consigo para o processamento textual, além do próprio texto. Esses processos ocorrem de modo não-consciente e automaticamente, o que é fator determinante de sua eficácia ideológica, mesmo sendo alguns aspectos mais fáceis de serem trazidos à consciência do que outros. É fundamental, na perspectiva tridimensional da análise de discurso, que se façam conexões explicativas entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte.

RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade você teve contato com os principais conceitos de Discurso; compreendeu que, segundo Bakhtin (1997), o discurso não tem um sentido único, ele é polissêmico. E, por isso, nas interações haverá, necessariamente, conflitos, pois quanto mais os indivíduos interagem, mais

diferenças aparecem. Analisou a **noção** de discurso para Michel Pêcheux, o qual afirma que o discurso é a história na língua. Entendeu que uma reflexão sobre discurso necessita de que sejam abordados conceitos os quais estimulam e fundamentam seu lugar de discussão e sua inter-relação teórica, para que possamos entender como funcionam os discursos e as delimitações que os caracterizam a partir de uma categorização de tipos e formas.

PARA SABER MAIS

Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação (anagrama@usp.br) **Discurso e ideologia:** reflexões no campo do Marxismo estrutural. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/6958/6958>>. **Sujeito, discurso e ideologia:** a constituição de identidades na cultura midiática. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/640fbae43120101009055348.pdf>>.

REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM

É preciso levar em conta que conhecer o texto e os demais elementos adjacentes a ele, como a linguagem, o discurso e a ideologia culminam por desfazer a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso. Ele é, antes, servo da palavra, uma que vez que os temas, figuras, valores, juízos etc. provêm das visões de mundo existentes nas diversas manifestações da linguagem.

ATIVIDADE 3

2. Observe o *cartum* de Nani e tente analisar o discurso do personagem.



a) Sabe-se que, do ponto de vista ideológico, quem estuda tem uma maior visão sobre os fatos e aprimora seus conhecimentos. Mas, na fala do personagem, há uma contradição. Que contradição é essa?

b) Qual a intenção do cartunista ao apresentar essa contradição?

Bakhtin, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia** / José Luiz Fiorin. 1. ed. (rev. e atualizada). - São Paulo: Ática, 2011. (Princípios; 137)

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, Vol. II, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANOTAÇÕES

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

UNIDADE 4

SIGNIFICAÇÃO DOS DIFERENTES USOS DO DISCURSO NO REFORÇO DE IDEOLOGIAS RACISTAS/ANTIRRACISTAS

OBJETIVO DA UNIDADE

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de compreender o discurso e a reprodução do Poder Social; entender o funcionamento da Linguagem como ferramenta de poder e discriminação; e analisar a relação entre discurso e racismo na nossa sociedade.

4 TIPOS E FORMAS DO DISCURSO

4.1 Discurso e Reprodução do Poder

Para iniciarmos o estudo, faz-se necessário conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação etc.

Segundo o dicionário de filosofia, a palavra poder, na esfera social, seja pelo indivíduo, seja pela instituição, se define como: “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado (...)” (BLACKBURN, 1997, p.301)

O autor faz uma ressalva de que esse poder possa ser exercido de forma consciente ou não e/ou, frequentemente, exercido de forma deliberada. Já no dicionário de política, encontramos a **definição de poder mais elástica**. Mesmo que exista a preocupação de colocá-lo em esferas distintas: poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador, entre outros. Dessa forma, o que se vê é a palavra poder associada ao cerne da autoridade. Podem-se encontrar definições do tipo: “É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos.” (BOBBIO, 2000, p.933)

E ainda, “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império” (SOUZA, 1998, p.417). Por fim, em um dicionário comum da língua portuguesa, o significado de poder é apreciado em 18 sinônimos, com destaque para: “ter a faculdade ou o direito, de: poder determinar algo”; “dispor de força ou autoridade”; “direito de deliberar, agir ou mandar.” (FERREIRA, 2001, p.577)

Vale ressaltar o pensamento de Foucault em relação ao poder. Ele estudou o poder, **não para criar uma teoria de poder, mas, para identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos.** No que se refere ao poder, direito e verdade, sob a análise de Foucault, existe um triângulo em que cada item mencionado (poder, direito e verdade) se encontra nos seus vértices, conforme demonstrado abaixo:



Por meio desse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se **há o rei, há também os súditos**; se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigado a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão, para assinalar, simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância. Podemos dizer que somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (FOUCAULT, 1999, p.29)

De acordo com essa perspectiva, pode-se entender, com base no autor, que o poder **é uma ação sobre ações**. Foucault discorre que as relações de poder postas pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal.”

As relações de poder se tornam mais facilmente observáveis por meio da disciplina, que estabelece as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados. Com a exposição do triângulo demonstrado por Foucault, poder – direito – verdade, e das passagens em que ele remete ao aparelho de Estado, a figura, por meio de recurso analógico, compara-o ao triângulo do tripé da sociedade, Estado – mercado – sociedade civil.

4.2 Linguagem, Poder e Discriminação.

A função denotativa, referencial da linguagem, é veicular informações, mas esta é apenas uma função da linguagem, sendo ela um sistema bem mais complexo. No entanto, as pessoas falam com objetivo de serem “ouvidas”, para serem respeitadas e, também, para exercer influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico. Como exemplos desse exercício de poder, podemos citar o discurso político, sermão na igreja, ministração de uma aula, entre outros. (BOURDIEU, 1977)

No entanto, as produções linguísticas citadas acima, além de outras, adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado. As regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre falante e ouvinte. De acordo com Gnerre (1991), somente uma parte das sociedades complexas tem acesso a uma variedade “cult” ou padrão, considerada geralmente “a língua”, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade, é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” definido de valores, fixados na tradição escrita.

Da mesma forma que o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e “neutras”, também o código aceito “oficialmente” pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder. M. Bakhtin e V. Voloshinov, em sua obra de 1929, apontavam quatro princípios orientadores de uma típica visão “oficial” e conservadora da linguagem, dentro da tendência que eles chamavam de “objetivismo abstrato”:

Para Gnerre (1991), os cidadãos, mesmo sendo, de acordo com a lei, declarados iguais, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não tem acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela “norma pedagógica” ali ensinada. Apesar de fazer parte da experiência de cada um, o fato de as pessoas serem discriminadas pela maneira como falam, fenômeno que se pode verificar no mundo todo. No caso do Brasil, não é difícil encontrar afirmações de que aqui não existem diferenças dialetais.

4.3 Discurso e Reprodução do Poder Social

Existem diversos conceitos de *poder* na filosofia e nas ciências sociais, mas adotaremos a definição de *poder social* em termos de *controle*, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros.

Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá, também, no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que, ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou a escrever. (DIJK, 2012)

Percebe-se, assim, que esse controle é difuso na sociedade. São exceções as pessoas que têm liberdade total para dizer e escrever o que querem, onde e quando querem e para quem querem. Existem restrições legais, como, por exemplo, contra a difamação ou a propaganda racista, ou de normas sobre o que é apropriado. Além do controle legal, as pessoas ainda possuem empregos nos quais são obrigadas a produzir tipos específicos de fala e escrita. Nesse sentido, o controle do discurso parece ser a regra e não a exceção. Para investigar o abuso desse controle de discurso, então, precisamos formular condições específicas, tais como violações específicas de direitos humanos ou sociais.

Dessa forma, a lógica dos mecanismos de controle do discurso se dá no sentido de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que falam certo número de regras, e, assim, de não permitir que todo mundo tenha acesso a ele. A proliferação do discurso é controlada, selecionada e organizada pelos detentores do poder. Sobre o discurso, diz Foucault, em sua obra **A Ordem do Discurso**:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2006, p. 8 e 9)

4.4 Discurso e Racismo

Inicialmente, podemos pensar que discurso não teria nenhuma associação com racismo. Associações mais comuns seriam discriminação, preconceito, escravidão, entre outros muitos conceitos relacionados à dominação e às desigualdades étnicas ou “raciais”. Embora o discurso possa fazer aparentar que sejam apenas “palavras”, podemos afirmar que a escrita e a fala desempenham um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo. (DIJK, 2012)

Assim, isso é especialmente verdade para as formas mais danosas do racismo contemporâneo, a saber, o das elites. Elites políticas, burocráticas, corporativas, jornalísticas, educacionais e acadêmicas, as quais controlam as mais cruciais dimensões e decisões da vida cotidiana de imigrantes e minorias: entrada, residência, trabalho, moradia, bem estar, saúde, conhecimento, informação e cultura. As elites exercem esse controle em grande parte, falando ou escrevendo, por exemplo, em reuniões de gabinete e debates parlamentares, em entrevistas de emprego, em notícias jornalísticas, na publicidade, em aulas, em livros didáticos, em artigos acadêmicos, em filmes ou *talk shows*, entre muitas outras formas de discurso da elite. (*Ibidem*)

Dessa forma, assim como também é verdade para outras práticas sociais dirigidas contra minorias, o discurso pode ser, antes de tudo, uma forma de discriminação verbal. Assim, o discurso da elite pode constituir uma importante forma de racismo. Da mesma forma que a (re)produção dos preconceitos étnicos que tanto fundamentam essas práticas sociais ocorre, em grande parte, por meio da escrita, da fala e da comunicação. Em síntese, principalmente nas sociedades contemporâneas da informação, é no discurso que reside o coração do racismo.

Ainda que a conceituação de racismo não seja uma tarefa simples, e muitas vezes seja reduzida a uma ideologia racista, o racismo é aqui entendido como um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou “racialmente”, e sua consequente desigualdade, sendo esse sistema de racismo composto por um subsistema social e um cognitivo. O subsistema social é constituído por práticas sociais de discriminação no (micro) nível local e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise. O outro subsistema do racismo é o cognitivo. As práticas do racismo são visíveis e tangíveis, no entanto, elas possuem uma base mental que consiste em modelos tendenciosos de interações e eventos étnicos, que, por sua vez, encontram-se enraizados em preconceitos e ideologias racistas. Não significa que todas as práticas são intencionais, mas, **tão somente**, que elas pressupõem representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles. (*Ibidem*)

Quanto ao discurso, esse é aqui entendido para significar um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação

verbal ou uso da língua, em particular. Às vezes, “discurso” é usado, em um sentido mais genérico, para denotar um tipo de discurso, uma coleção de discurso ou uma classe de gêneros de discurso, como, por exemplo, o discurso médico, discurso político ou, de fato, o “discurso racista”.

Para Billig (1988), uma das principais características do racismo contemporâneo é a sua negação, que pode ser ilustrada de modo típico nas conhecidas ressalvas “não tenho nada contra negros, mas...”. Assim se nega o racismo, no entanto, o discurso recheado de ressalvas denuncia a prática. A negação é uma das atitudes incluídas na estratégia de apresentação positiva dos membros do grupo. As leis e normas de valores gerais proíbem as formas explícitas de preconceito, discriminação e racismo, e a maioria dos membros do grupo branco tanto estão conscientes das restrições sociais como, até certo ponto, compartilham e reconhecem essas restrições.

As negações do racismo e formas semelhantes de auto-apresentação positiva apresentam tanto uma dimensão individual como social. A maioria dos falantes brancos não somente se sentem ofendidos por serem individualmente percebidos como racistas, mas, também, e de forma mais importante, tais estratégias podem, ao mesmo tempo, visar à defesa do grupo como um todo: “não somos racistas”, “não somos uma sociedade racista”. (DIJK, 2012)

Percebemos que as negações assumem as mais diversas formas, cada uma com suas funções cognitivas, emocionais, sociais, políticas e culturais. Há negações situacionais e gerais, pessoais e grupais. Assim, quem nega ser racista geralmente deixa implícito que concorda com a norma geral e oficial do grupo (que proíbe o racismo) e que, portanto, é um cidadão decente. Tais ressalvas individuais normalmente pressupõem que o grupo, como um todo, não é racista. De outro modo, negações individuais de racismo podem ser feitas estrategicamente pela comparação com outros, transferindo a responsabilidade pela prática racista: “não tenho nada contra eles, mas você sabe que meus clientes não gostam de tratar com empregados negro...”. Dessa forma, o próprio ato de negação se apresenta em diferentes disfarces. Geralmente a negação faz parte de uma estratégia de defesa e pressupõe acusações explícitas ou implícitas. (DIJK, 2012)

Uma ação pode ser analisada como uma combinação de cognição (intenção) e atividade. Alguém pode até admitir a participação em uma ação que pode ser considerada negativa, mas, ao mesmo tempo, não admitir sua contrapartida cognitiva: “eu não queria dizer isso”, “não era minha intenção”. Essa distinção entre intenção e atividade também permeia o Código Penal, como, por exemplo, entre o assassinato e o homicídio culposos.

Dessa forma, observamos que as negações de intenção são estrategicamente muito eficazes, já que o acusador não tem como provar as intenções negativas. É o que acontece em julgamentos sobre discriminação,

em que se torna muito difícil provar que a ação negativa não foi cometida por motivos outros, mais aceitáveis. Por exemplo, um jornal pode publicar, repetidamente e com grande destaque, matérias sobre crimes cometidos por minorias, mas defender essa prática alegando que está publicando a “verdade”.

Por outro lado, embora os crimes cometidos intencionalmente sejam considerados mais graves, presume-se que as pessoas tenham controle sobre suas ações, e, conseqüentemente, sobre suas intenções. Assim, as pessoas são responsáveis pelas possíveis conseqüências das suas ações, ainda que tais conseqüências não correspondam aos reais propósitos dessas ações. Para o autor, além da negação propriamente dita, existe, ainda, uma série de estratégias cognitivas e sociais que de uma forma ou de outra estão relacionadas às negações. A primeira estratégia é a justificativa, como já citado no caso do jornal, que explica a atenção especial dada aos crimes cometidos por minorias, apelando para a verdade ou para o direito que os leitores têm de ser informados. Mas a forma mais radical de negação é a reversão: “nós não somos culpados de nenhum ato negativo, eles é que são”, ou “nós não somos racistas, eles é que são os verdadeiros racistas”. Percebemos que as reversões não são mais formas de defesa social, e sim parte de uma estratégia de (contra) ataque.

4.5 Linguagem e poder

A literatura a respeito da ADC trata da relação existente entre linguagem, ideologia e poder. Poder é um tema recorrente e pode ser entendido de vários modos: poder físico que uma pessoa exerce sobre a outra, e formas de poder e de dominação simbólica, aspecto mais relevante para as pesquisas em ADC. O poder é exercido por meio de uma organização em

- O grupo que domina precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências do grupo que não o tem;
- Os agentes do poder podem detê-lo em apenas um domínio social (político, econômico, educacional e em outros);
- O exercício e a manutenção do poder social requerem uma estrutura ideológica;
- Grupos dominados e seus membros raramente são totalmente impotentes, visto que há resistência.

- O poder social é característico da relação entre grupos, classes ou formações sociais; que se manifesta em interações;
- O poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas;
- O poder precisa de base ou de recursos socialmente disponíveis (riqueza, posição, *status*, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios e outros) para se estabelecer, ou da aplicação de sanções, se houver desobediência;

rede, da qual os sujeitos participam de modo consensual e como elementos de sua articulação. No entanto, não é sempre uma estratégia do mais forte sobre o mais fraco, uma vez que não existe poder sem resistência e que ele permeia todo tipo de relação social. (MAGALHÃES, 2003, p. 23)

Ao discutir o conceito de poder, Lebrun (2004) faz um panorama de termos a ele relacionados. O primeiro deles é **potência**, definida como “a capacidade de efetuar um desempenho determinado, ainda que o autor nunca passe ao ato” (p.10). Ter **potência** significa ter **força**, que não é necessariamente a posse de meios violentos de **coerção**, mas de meios que permitam influir no comportamento de outra(s) pessoa(s). Assim, a **força** é a canalização da **potência**, sua **determinação**. E é graças a ela que se pode definir a **potência** na ordem das relações sociais ou, mais especificamente, políticas.

Os conceitos podem ser relacionados aos Aparelhos Ideológicos do Estado e aos Aparelhos Repressores do Estado, conceitos postulados por Althusser (2001), pois a **potência** pode agir pela ideologia ou pela **força** (**coerção** ou **repressão**) de acordo com a necessidade ou a ocasião. Assim, há poder quando a **potência** de certa **força** se explicita de maneira precisa: “sob o modo de ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la”, isso qualifica um processo de dominação. (LEBRUN, 2004, p.12)

O autor chama a atenção para um aspecto dicotômico do poder: “Só podemos possuir às custas de outra pessoa” ou “o poder que possuo é a contrapartida do fato de que alguém não o possui”. No entanto, ressalta que o poder nem sempre é um “puro limite imposto à liberdade” (*ibidem*, p.20), já que ele se faz presente em todos os tipos de relação (econômicas, intelectuais, sexuais e em outras). Desse modo, reitera que não devemos entendê-lo apenas com base em relações binárias: dominado *versus* dominador.

Já Van Dijk (2008, p.9) considera que o estudo do poder deve ser um dos pontos centrais da ADC e, mesmo considerando a complexidade do termo, propõe-se a estudá-lo tendo como foco “a reprodução discursiva do abuso de poder e da desigualdade social”. Para ele, o poder social está ligado ao controle de um grupo sobre outros grupos e sobre seus membros. “Se esse controle se dá no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em *abuso* de poder.” (DIJK, 2008, p. 17)

No mesmo estudo, o autor relaciona características do poder que considero relevantes. Para Van Dijk (2008, p.23), o

Poder social de grupos (classes, organizações) foi definido em termos de seu acesso preferencial a – ou controle sobre – recursos materiais específicos, tais como o capital ou a terra, recursos simbólicos, tais como o conhecimento, a educação ou a fama, ou a força física.

O poder simbólico é, para Van Dijk (2008, p.23), “em termos preferenciais – ou controle sobre – o discurso público”, o que, indiretamente, gera controle sobre o que o público quer e faz sem a necessidade de coerção, já que o domínio ocorre pela persuasão, sedução, manipulação ou doutrinação. Esse controle caracteriza as elites simbólicas (políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e outros), que controlam o discurso público (por meio do controle das mentes das pessoas) em todas as dimensões semióticas. Daí, conclui-se a relação íntima entre análise social e análise de discurso.

Para Van Dijk (1997, p.19), que pesquisa a relação entre grupos dominantes e grupos excluídos, o poder é forma de controle que um grupo exerce sobre outro, podendo se estender a ações e a pensamentos do dominado, implicando benefícios para o dominador. Esse poder, segundo Van Dijk, relaciona-se ao acesso a textos falados e escritos, pois a elite acessa número expressivo de discursos, domina-os e pode se servir deles para sobrepor-se. Essas formas de dominação precisam ser analisadas e evidenciadas; e a ADC é uma ferramenta que possibilita explicitar essas relações de dominação.

Para o autor, a dominação do discurso falado ou escrito desenvolve-se e toma tamanha proporção que pode chegar à dominação do pensamento. Em outras palavras, “os atores sociais com poder, além de controlar as ações comunicativas controlam o próprio pensamento dos demais”. Esse processo ocorre porque o novo conhecimento adquirido afeta opiniões formadas e atitudes. No entanto, um receptor pode, em dado contexto, e considerando seu nível de conhecimento, rejeitar idéias de seu interlocutor, mesmo que ele esteja em situação de poder.

RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade você teve contato com os principais estudos sobre a significação dos diferentes usos do Discurso no reforço de Ideologias racistas/ antirracistas. Como afirma Gnerre (1991), os cidadãos, mesmo sendo, de acordo com a lei, declarados iguais, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o

mais familiar, também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa, como afirma Foucault. Você, ainda, analisou as formas de reprodução do poder e do discurso racista, que se utiliza dos inúmeros mecanismos de dominação para reiterar o poder do discurso dominante.

PARA SABER MAIS

Foucault e a análise do discurso em educação. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>.

Discurso e Poder. Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2009/04/discurso-e-poder.html>>.

Ideologia racista de cor no discurso midiático filhas do vento. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>

UNIDADE 5

O DISCURSO “EUROCENTRISTA” PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS.

OBJETIVO DA UNIDADE

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de compreender o discurso como prática social em **ação**; **entender o** mito da democracia racial e a manifestação do discurso racial legitimado e reproduzido no livro didático, e, principalmente, analisar o discurso eurocêntrico presente no material didático.

5 Discurso e Reprodução do Poder Social



Fonte: Cartilha **Ações Afirmativas. Este é o caminho**, publicada pela Fundação

Cultural Palmares/Ministério da Cultura, em junho de 2006, p.13.

Pensar o racismo não é tarefa fácil, porque, em nosso contexto social, é um tema que se esconde em vários âmbitos, e um deles é o discursivo. Quando abordado, o racismo é entendido como problema social ou político; pouco se analisa seu aspecto discursivo. Um dos pesquisadores que adota esse posicionamento é Van Dijk (1997), para quem o racismo precisa ser pensado como problema complexo que envolve aspectos cognitivos, sociais, psicológicos, históricos e discursivos, por isso deve ser analisado sob dimensões múltiplas.

Negro quem, cara pálida?

Cinquenta *outdoors* de uma campanha contra a proibição do uso de armas de fogo foram retirados das ruas de São Paulo sob acusação de racismo. A imagem de um rapaz de pele escura com uma arma na mão e uma tarja negra nos olhos foi considerada preconceituosa por duas procuradoras paulistas que convenceram a Justiça a recolher os painéis. O jovem que emprestou seu rosto à campanha colocou a decisão em xeque com uma declaração desconcertante. “Não sou negro”, avisou Deneilson Paulo, de 25 anos, motociclista da agência responsável pela campanha. A certidão de nascimento confirma: sua cor, oficialmente, é branca. O publicitário Ênio Mainardi, criador da campanha, discorda de Deneilson. “Seria fácil escapar dizendo que ele é branco. Mas ele não é. É da mesma “raça” vira-lata de todos nós, brasileiros”, diz Mainardi. O publicitário está convencido de que o racismo foi só uma desculpa. “Queriam atacar a campanha e arrumaram um argumento. Vou processar as duas procuradoras por danos morais. “Nunca fui racista”, afirma.

O discurso presente no texto pode ser entendido ou analisado, inicialmente, por três perspectivas: linguística, legal e publicitária, uma vez que o discurso pertence a esses campos sociais. É viável, também, pensar o discurso pela perspectiva sociológica, pela psicológica ou pelo viés das representações sociais (quer amparado pela Sociologia, quer pela Psicologia), apenas para citar algumas possibilidades que evidenciam a interdisciplinaridade do discurso e a necessidade de que sua análise também o seja assim, interdisciplinar.

Corroborando o ponto de vista de Fairclough, Abril (2007, p.13) aponta a necessidade de reflexão sobre a ADC como campo disciplinar estratégico para a explicação e para a compreensão dos objetos de investigação das ciências sociais e humanas. Esclarece que os estudos recentes têm como resultado o fato de a ADC alcançar níveis de refinamento nos processos de análise e de interpretação dos conteúdos discursivos, logrando maior articulação entre o uso da língua, o sujeito que produz e interpreta a significação e as condições sociais e culturais que originam a estrutura do discurso (*ibidem*, p.14). Assim, para Abril, o discurso é objeto transversal a todas as ciências humanas e sociais.

5.1 Discurso: a prática social em ação

Para entender o discurso como prática social, é relevante considerar que, conforme Wodak (1998,p.12), o termo *discurso* apresenta várias acepções. Para a autora, os conceitos têm em comum o fato de derivarem, em grande parte, dos trabalhos de Foucault. Assim, ao utilizar o conceito de discurso, é inevitável pensar nos conceitos de **poder** e de **ideologia**.

Retomando o exemplo (“**Negro quem, cara pálida?**”), o discurso representa relações e estruturas sociais do mundo social, ao apontar a necessidade de a justiça interferir para tolher uma ação considerada racista. Nesse sentido, estruturas e relações de poder são acionadas, quando procuradoras recorrem à justiça para impedir um ato que julgam ilegal (e que assim é considerado pela justiça, uma vez que os *outdoors*

foram retirados por ordem judicial). Além disso, o discurso representa sentimentos e crenças a respeito do mundo. Sentimentos de pertencer ou não a determinado grupo (o *motoboy* não se sente como membro do grupo dos negros; já o publicitário o vê como pertencente ao grupo de viralatas brasileiros); e crenças a respeito das formas como podemos classificar um sujeito como negro ou branco em nossa sociedade. Esses aspectos são representados de modo particular, complementando ou refutando outros discursos que tratam do mesmo tema.

Assim, diferentes discursos revelam perspectivas diversas do mundo, associadas às relações que as pessoas têm com ele, que dependem de suas posições, identidades e das relações sociais com outros. Discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou como é visto), são projetivos, imaginários, prospectivos. As relações entre discursos diferentes são elementos das relações entre pessoas, que podem complementar-se ou competir para mudar os modos como se relacionam.

Ao falar de discursos como diferentes *modos* de representação, Fairclough (2003) sugere um grau de repetição, uma vez que eles são divididos por grupos de pessoas e pela estabilidade ao longo do tempo. Em qualquer texto, provavelmente, encontraremos diferentes representações de aspectos do mundo, como ocorre no exemplo (“**Negro quem, cara pálida?**”), se compararmos a visão do *motoboy*, do publicitário e das procuradoras; mas não podemos entender cada uma delas como um discurso separado, pois os discursos transcendem a essas representações concretas e locais, porque produzem muitas representações específicas.

Os discursos podem ser vistos como combinações de outros discursos articulados de maneiras particulares. Assim, novos discursos emergem da combinação dos existentes em maneiras particulares. No exemplo, o discurso dos atores sociais (*motoboy*, procuradoras e publicitário) motivou o discurso do jornal que publicou a notícia, que, por sua vez, ocasionou a publicação na revista **Discutindo Língua Portuguesa**.

Uma vez feita essa relação entre discurso e prática social, é relevante discutir os conceitos de texto e de discurso. O termo é usado por Fairclough (2003) como linguagem em uso. Os textos assumem importância central nos eventos sociais, pois provocam mudanças e geram efeitos. O texto é concebido como multissemiótico ou multimodal. O termo língua é usado para significar linguagem verbal, e discurso sinaliza o idioma em uso como elemento da vida social conectado a outros elementos. Retomando o exemplo citado (“**Negro quem, cara pálida?**”), podemos classificá-lo como texto, já que ilustra a linguagem em uso; é um exemplo de uso da linguagem verbal e um discurso que demonstra o uso da Língua Portuguesa do Brasil.

Textos têm efeitos causais, mediados pela produção de sentido, e um deles é o ideológico. Representações ideológicas reforçam relações de poder e de dominação, por isso a análise textual é, também, social, ao considerar os

textos e seus efeitos nas relações de poder. As ideologias são postas em ação nas encenações sociais e inculcadas nas identidades dos agentes. Elas têm durabilidade e estabilidade que transcendem textos individuais ou corpos de texto (FAIRCLOUGH, 2003). Portanto, o interesse central da análise de discurso não é o texto, mas o processo de produção de significados, produzidos na interação. Para estudá-lo, devemos considerar posição institucional, interesses, valores, intenções, desejos dos produtores; relação entre os elementos em diferentes níveis de texto; posição institucional, conhecimento, propostas e valores dos receptores.

Quando analisamos textos publicados, os problemas se ampliam porque o momento da negociação do sentido se perdeu. Além disso, o texto publicado é recontextualizado em diferentes processos de produção de significado, o que contribui para sua distorção, pois possibilita interpretações diversas. Portanto, fica claro que a produção de significado depende do explícito e do implícito.

Interpretação é, em parte, questão de entendimento do que expressam as palavras, as orações ou os fragmentos de texto, do que os falantes ou escritores querem dizer. Porém, a interpretação também é julgamento e avaliação: julgar se o que alguém diz é sincero; se o que as pessoas dizem ou escrevem correspondem aos dados sociais, institucionais, relacionando ao contexto da fala ou como essas relações se mistificam. Então, os efeitos sociais dos textos dependem da produção de sentido e são gerados por ela. Logo, os sentidos têm mais efeito que os textos em si.

Retomando o exemplo (“**Negro quem, cara pálida?**”), podemos analisar se as avaliações e os julgamentos presentes no texto são sinceros: os *outdoors* foram retirados da rua devido ao seu aspecto racista? O *motoboy* realmente não se considera negro ou fez a declaração para refutar a tese das promotoras? O publicitário realmente acha que os brasileiros são vira-latas, ou se posicionou assim para fugir da acusação de racismo? Ele realmente se vê como vira-lata? Esses questionamentos fazem sentido e produzem sentido em função de um posicionamento analítico que assumo para interpretar o texto. Outro leitor pode construir outros sentidos e fazer outras avaliações e julgamentos.

Voltando ao conceito de textos, Fairclough (2003) entende, como já dito, que são partes de eventos sociais e têm causas. Podem-se distinguir poderes causais que os moldam: a estrutura; a prática social; os agentes sociais. Agentes são socialmente restritos, mas suas ações não são,

intenção de compreensão de textos extensos, social, ou, pelo menos, culturalmente situados e uma atenção a aspectos sociais, co-textuais e culturais que permitem a garantia de categorias de explicação para a descrição de textos.

na totalidade, socialmente determinadas, pois eles têm liberdade para compor textos.

Complementarmente, Pedro (1998, p. 23) assevera que a ADC trabalha com

Como se pode ver, o posicionamento de Pedro vai ao encontro das ideias de Fairclough, já que ambos veem os textos inseridos em práticas sociais. Se voltarmos ao exemplo (“**Negro quem, cara pálida?**”), vemos que a polêmica causada pelos *outdoors* relaciona-se a uma prática recorrente em nosso contexto: o silenciamento sobre as práticas racistas. Logo, o debate é decorrente de aspectos contextuais e culturais que envolvem atores e práticas sociais.

As práticas sociais são, para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), as maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, por que pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo. Os discursos são momentos das práticas sociais, constituídas dialeticamente de: discursos; atividade material; relações pessoais e processos; fenômeno mental.

Abordar a linguagem como prática social é, para Fowler (1996, p. 3), entender a palavra “prática” no sentido usado por Althusser (2001), e pensar nos casos em que a palavra retoma a produção e a reprodução de ideologia, a qual se relaciona ao conceito de discurso como prática social.

5.2 O mito da democracia racial

O mito da democracia racial prioriza um paradigma branco, proclamando que não há racismo na sociedade e que as desigualdades raciais são meras fatalidades, ao apagar do *discurso* os responsáveis por atos racistas. Em oposição ao modo como os próprios jornais se concebem, com relação à **representação dos negros**, provamos que **esses** são instrumentos de reprodução de concepções e valores preconceituosos.

Mais de cem anos após a abolição do escravismo, a sociedade ainda faz os negros e mulatos sofrerem, aglomerando-os nas posições menos privilegiadas de toda a estrutura social. Contrariando a tese de que essa desigualdade racial no Brasil se devia, essencialmente, a alguns resíduos herdados pelo escravismo, Hasenbalg (1979) mostrou que esta é, também, consequência de “uma operação contínua e bastante eficaz de princípios racistas de seleção social, embora esta operação se dê de forma sutil e disfarçada”. E as principais armas ideológicas dessa operação são o **mito da democracia racial** e a **ideologia do branqueamento**.

Para Hite (2001), o **mito da democracia racial** consiste na aceitação de que não há preconceito e discriminação racial no Brasil, e daí que existem oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos. Uma

das sérias consequências da aceitação desse mito é que, quando as pessoas manifestam preconceitos contra negros, tais atitudes são atribuídas a diferenças de classe, antes que de raça. E as desigualdades passam a ser vistas como resultados da baixa posição social, o que não explica um fenômeno constantemente relatado – o fato de alguns indivíduos praticarem atos de racismo contra negros de classe média.

Para Blalock (1973), uma ideologia que nega a existência de discriminação baseada na raça será difícil de ser atacada, mas, por este mesmo fato, não pode ser usada para mobilizar os membros do grupo dominante. Outra arma ideológica é a **ideologia do branqueamento**, que pode ser tanto social quanto biológico. O branqueamento biológico, já existente no pensamento abolicionista e continuado com a imigração europeia, presume que a superioridade branca e o desaparecimento gradativo dos negros resolveriam o “problema” racial brasileiro”. O branqueamento social consiste no processo em que a sociedade impõe valores e normas do grupo branco aos negros e mulatos, e estes acabam assimilando-os, acreditando que dessa forma encontrariam maior aceitação social. É este último que promove divisão interna entre os próprios negros, quando negros que conseguem uma posição mais alta na escala social passam a ver negativamente o grupo negro de origem, gerando o problema da identidade: negro não querendo ser negro.

Se, por um lado, temos a democracia racial como característica para definir nossa sociedade, por outro, ocorre que “vivemos numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco” (SODRÉ, 1999, p. 234). Esse paradigma tem gerado, segundo o mesmo autor, a produção e disseminação de uma grande quantidade de imagens negativas sobre o negro ou sobre outras etnias que não correspondam ao padrão estético e comportamental eurocêntrico, os quais habitam o imaginário coletivo.

Ampliamos o termo “imagens” negativas, usado por Sodré, para “discurso” racista, porque as imagens também são vistas como discursos (Pinto, 1999). Assim, afirmarmos que o discurso racista (que abrange as imagens negativas), ao mesmo tempo em que é uma consequência do racismo na sociedade, também fortalece amplamente as concepções, comportamentos e visões de mundo da mesma sociedade. E a absorção desses discursos negativos sobre si mesmo tem levado o indivíduo negro a sérios prejuízos em sua mobilidade social, porque além de causar-lhes o problema da baixa estima, a difusão de tais discursos tem fornecido aos membros do grupo dominante (brancos) – e, ao mesmo tempo, tem reforçado – um modo de concepção dos negros como indivíduos inferiores, ou seja, menos inteligentes, menos competentes, menos modernos, e com menos direitos. (VAN DIJK, 1998b)

Devido à própria peculiaridade do racismo brasileiro, sutil e disfarçado, muitas de suas formas frequentes não nos são imediatamente visíveis, são discursivas, expressas por meio das instituições e produções

culturais como currículos escolares e livros didáticos, diálogos cotidianos, publicidade, filmes, programas de televisão, textos jornalísticos, entre outros.

5.3 O discurso racial legitimado e reproduzido no livro didático

Discorrer sobre relações étnico-raciais no contexto brasileiro parece um tema amplamente discutido entre historiadores, sociólogos, antropólogos e educadores. Entretanto, ao olhar para situação de negação de direitos vivenciada pela população negra, principalmente no setor educacional, essas discussões se tornam recorrentes e necessárias para evidenciar a presença dessas desigualdades raciais traduzidas em desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, pesquisar os discursos raciais legitimados e reproduzidos no livro didático significa analisar uma construção histórica e social que remete à investigação de como as diferenças raciais, ao longo do tempo, se transformaram em diferenças sociais e políticas para a população negra. Para isso, torna-se necessária uma breve reflexão sobre os discursos raciais mais presentes nos séculos XIX e XX, construídos pela ciência moderna, na tentativa de compreender os discursos que vigoram neste século no Brasil, e que repercutem com grande avidez no contexto educacional.

Para Cavalleiro (2005b), o silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como, também, nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males.

Para romper com esse silêncio, a implementação da Lei 10.639/03 se configura como um grande passo na tentativa discutir, refletir e problematizar as relações étnico-raciais no Brasil, uma vez que a educação tem a possibilidade de se constituir como um campo mais promissor do espaço social de questionamento e desconstrução da hierarquia entre grupos humanos, incutida por uma ideologia racista.

Só que, mesmo com a aprovação e as imensas tentativas de implementação da Lei 10.639/03, Munanga (2005) levanta questões relevantes sobre os problemas encontrados no cotidiano escolar, afirmando que não precisa ser profeta para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente

com a diversidade – somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras – desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

Nesse horizonte, são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, orientações essas que visam à construção de uma prática pautada no reconhecimento e na valorização do povo negro no espaço escolar. Essas orientações surgem quando reeducar para as relações **étnico-raciais** impõe “aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança e um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual e equânime.” (BRASIL, 2004, p.14)

As diretrizes trazem para o debate a consciência política e histórica da diversidade, considerando a igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos; pautando-se na compreensão de que a sociedade é formada por pessoas pertencentes a grupos **étnico-raciais** distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história, ao mesmo tempo em que colocam como necessidade, para a promoção de um ensino diverso, a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e, também, as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados. (BRASIL, 2004)

É consenso que a escola não é o lugar de origem da desigualdade racial, entretanto, é vista como um espaço mais perverso e avassalador em sua perpetuação. Nesse sentido, não são os objetivos de tais políticas trocar a concentração de um currículo etnocêntrico europeu por um de foco africano, mas, de ampliar as concepções abordadas nos currículos para a imensa diversidade que compõe a nação brasileira.

Nessa perspectiva, cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos e atividades que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia, uma vez que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, já que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, sendo capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004)

5.4 O discurso eurocêntrico no material didático

A escola é um espaço sócio-cultural onde convivem os conflitos e as contradições existentes na sociedade. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre os atores educacionais. Os valores que são transmitidos aos alunos dentro do ambiente escolar não são apenas aqueles pertinentes à questão de classe social. Eles são, também, raciais e de gênero. Essas teorias e concepções racistas ainda estão presentes na atualidade e mantêm sua força ideológica não apenas entre a comunidade branca, mas, entre parcelas significativas da comunidade negra.

As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar.

Outra teoria que também se apresenta com muita intensidade na escola é a democracia racial. Em termos bastante semelhantes àquela defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), essa corrente ideológica, divulgada a partir da década de 1930, traz certo “alívio” à consciência da sociedade brasileira. Ela afirma que as diferentes raças/etnias formadoras da nossa sociedade convivem historicamente de forma harmoniosa e sem conflitos. A teoria privilegia o discurso da igualdade e omite as diferenças, dando margem à consideração de que falar sobre as diferenças é discriminar. Na escola, observamos a presença ideológica dessa teoria ao presenciarmos uma admiração acrítica pelo processo de miscigenação da sociedade brasileira; ainda: quando muitos educadores resistem a uma discussão sobre a questão racial, afirmando que, no Brasil, as oportunidades são dadas a todos, independentemente da sua raça/etnia, e que, se existe uma diferença a ser eliminada, esta é a de classe social.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade racial se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade, e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.

A identidade não é inata. Ela se constrói em determinado contexto histórico e cultural. Segundo Novaes (1993), ela envolve os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade. A referida autora ainda nos diz que a identidade, em um sentido mais amplo e genérico, envolve um nós coletivo que é invocado quando “(...) um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido.”

5.4.1 Por uma definição de eurocentrismo

Para Shohat & Stam (2006), o conceito de eurocentrismo está ligado às formas de pensar presentes no cotidiano político e cultural do mundo, em que os discursos construídos e fortalecidos desde o século XVI acabam por supervalorizar a Europa, tornando os demais territórios inferiores. O eurocentrismo, endêmico ao pensamento e educação atuais, torna-se algo natural, questão de “bom-senso”. Parte-se do pressuposto de que a filosofia e a literatura são a filosofia e a literatura europeias. O “melhor do que foi pensado e escrito” é aquilo que foi pensado e escrito pelos europeus.

A naturalização do discurso eurocêntrico na educação nacional toma como sustentação a força econômica e política da Europa, e, como consequência direta, a imposição cultural, que acaba por moldar nosso sistema de ensino e todos os aparatos didáticos que organizam essa prática.

Como resultado do colonialismo, o discurso eurocêntrico surge como justificativa para o domínio e exploração das colônias europeias pelo mundo, sustentado numa prática discursiva racista que propaga um sentimento fictício de superioridade nata das culturas e dos povos europeus. E, como forma de pensar já naturalizada pela força da história, o eurocentrismo permeia a linguagem do dia a dia, da mídia, e, evidentemente, da educação de nosso país.

As práticas discursivas eurocêntricas permanecem em nossos manuais de ensino, séculos depois de independência política, porém, devemos nos posicionar criticamente em relação ao pensamento eurocêntrico e não à Europa, visto que não se pode ignorar o desenvolvimento intelectual fornecido pelos pensadores do continente. Contudo, não podemos tê-la como única referência cultural e artística.

É evidente que o eurocentrismo ficou impregnado na formação escolar brasileira, juntamente com a discriminação racial e a difusão errônea da superioridade branca. As mudanças no ensino ocorrerão gradativamente, com a atualização dos livros e atualização dos professores. Porém, nesse contexto, surge uma pergunta: será que a implantação da lei, que tornou obrigatório o ensino de história e da cultura africana irá contribuir efetivamente para a diminuição da discriminação racial no Brasil?

Não é somente tarefa efetiva dos professores de história, mas de todas as disciplinas, juntamente com a escola, elaborando projetos interdisciplinares, conscientizando os alunos, mostrando a resistência dos negros e a contribuição deles para o desenvolvimento do Brasil como nação; é nosso dever conhecer mais da África, pois, sabemos pouco sobre esse continente.

Para Fernandes (2005), apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira

ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços.

Almeida (2013) assevera que a herança do modelo positivista se enraizou também no Brasil, e poder-se-ia constatar em forma de relatos nos livros na figura dos “heróis” de origem europeia como portugueses, espanhóis, holandeses entre outros, posteriormente militares na sua quase totalidade branca, com seus feitos de “bravura”, em sua maioria, escamoteando índios e negros.

Gradativamente, foi imposta a superioridade branca como modelo padrão de uma sociedade dominante com herança europeia, que enobrecia e exaltava os feitos dos “heróis” da coroa que vinham de além-mar, arriscando suas vidas em favor de seu soberano. Posteriormente, foram importadas teorias racistas europeias que enalteciam os brancos, influenciando o pensamento racial brasileiro, adaptação do “racismo científico” que pretendia mostrar a superioridade da raça branca. Nesse sentido, corrobora Skidmore:

(...) no pressuposto da superioridade branca algumas vezes implícita, pois deixava em aberto a questão de saber quão inata era a inferioridade negra, e usava os eufemismos raças mais avançada e menos avançadas. Mas a esse pressuposto juntavam-se dois outros. Primeiro, que a população negra estava se tornando menos numerosa que a branca, por razões que incluíam uma taxa de natalidade supostamente menor, uma maior incidência de doenças e sua desorganização social. Segundo, a miscigenação mais clara estaria naturalmente produzindo uma população mais clara, em parte porque as pessoas escolhiam parceiros sexuais mais claros. (SKIDMORE, 1989, p. 64-65)

Personagens comuns não entravam na história, a não ser se viessem a exaltar algum “herói branco” em seu feito. Esse costume foi enraizado e transmitido de uma geração a outra, em que foram exaltados os “heróis” conquistadores europeus e, posteriormente, os militares com seus feitos de “bravura”. A lista é grande: comandante, capitão-mor, donatário, marechal, presidente, governador, coronel, intendente, entre outros.

No Brasil existia um ideal de branqueamento, pois se considerava a raça¹ branca como raça “mais adiantada” e a preta como “menos adiantada”, e, no caso da negra, que estava fadada a desaparecer por causa das mazelas e da pouca resistência. Nos livros, as influências eurocentristas estão inseridas em quase todos os aspectos, pois na história, com influências positivistas, o negro é colocado sempre à margem da sociedade, como ser inferior. Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato

1 Conceito naturalista e biológico, que vem sendo gradativamente desconstruído por teses que corroboram que o racismo tem origem ideológica para justificar a dominação de determinados grupos sobre outros.

dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país.

Constatamos que alguns estereótipos continuam mostrando os negros só como escravos. A contribuição cultural é geralmente ignorada, sem dar nenhuma importância à contribuição do negro na formação do Brasil.

É patente a necessidade de criticar construtivamente alguns livros, a fim de identificar algumas disparidades retratadas neles. Nesse sentido, deve-se despertar a percepção de mudanças, a começar na sala de aula, procurando suprir lacunas por meio de bibliografias auxiliares que vão embasar o conhecimento sobre: África, africanos e negros, sem viés eurocêntrico, mostrando como o negro ajudou na construção da identidade racial brasileira, que, anteriormente, por preconceito ou por políticas de editoras, ou de monopólio da História em função da influência da Europa, levaram escritores a retratarem os negros, os africanos e a África de forma tendenciosa à visão eurocêntrica.

RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade você teve contato com os principais estudos sobre a significação dos diferentes usos do Discurso no reforço de Ideologias racistas/antirracistas. Como afirma Gnerre (1991), os cidadãos, mesmo sendo, de acordo com a lei, declarados iguais, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar, também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa, como afirma Foucault. Você, ainda, analisou as formas de reprodução do poder e do discurso racista, que se utiliza dos inúmeros mecanismos de dominação para reiterar o poder do discurso dominante.

PARA SABER MAIS

Foucault e a análise do discurso em educação. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. **Discurso e Poder.** Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2009/04/discurso-e-poder.html>>.

Ideologia racista de cor no discurso midiático filhas do vento. Disponível em: <http://www.google.com.br/&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CFUQFjAF&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.hp%2Fcalidoscopio%2Farticle%2Fdownload%2Fcd.2013.112.02%2F1918&ei=lbH6U_->.

EN8OyyAT73YCYDA&usg=AFQjCNHFG-djEDza0KxJP6NRrAmcJ9PHvw&sig2=_APTx63JEpsmeCKXCwfezg>.

Contra o racismo nada de bananas, nada de macacos, por favor! Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/04/28/contra-o-racismo-nada-de-bananas-por-favor>>.

REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM

Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil? Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”? Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?

Atividade 5 – Organizando as ideias

- a) De acordo com as leituras realizadas, as trocas de experiências entre professores e alunos e os debates realizados até o momento nesta unidade da disciplina, reflita sobre as seguintes questões:
 - Você já observou a presença do “eurocentrismo” em algum livro didático lido?
 - A adoção de um ou outro livro didático no processo da aprendizagem causa influência no aluno, no que se refere ao reforço do discurso racista/antirracista?
- ✓ A partir dessas e de outras observações, elabore uma produção escrita de sua autoria sobre os diferentes usos do discurso no reforço de ideologias racistas/antirracistas presente nos livros didáticos, relacionando-os com um modelo mais produtivo de ensino nas escolas.

SUGESTÕES DE LEITURA

ALMEIDA, Livia Jéssica Messias de. **Velhos Problemas, Novas Questões**: uma análise dos discursos raciais na política nacional dos livros didáticos. Dissertação de Mestrado. UEFS. PPGE - Feira de Santana, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 04/10/2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. **Educação antirracista**: caminhos

abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada/Kabengele Munanga (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOVAES, Sylvia. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das disciplinas relacionadas às ciências da linguagem no Curso de Educação para Relações Étnico-Raciais tem se mostrado como uma importante ferramenta de fomentação de conhecimentos, principalmente, voltada aos processos de compreensão e interpretação de textos de modo crítico. É necessário que não nos esqueçamos de que teorias sobre linguagem, discurso, ideologia etc. surgem e são reinventadas a todo o momento. Isso é prova cabal de que, quando lidamos com algo vivo, em constante transformação, precisamos estar dispostos a buscar outras leituras para nos capacitar continuamente.

Nesse sentido, estudar teorias sobre linguagem, língua, análise crítica do discurso; conhecer a significação dos diferentes usos do discurso no reforço de ideologias racistas/antirracistas; estudar os processos do discurso “eurocentrista” presente nos livros didáticos se faz necessário, principalmente para o graduado que objetiva a docência ou a pesquisa na pós-graduação, uma vez que é objeto de estudo imprescindível para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, em especial, a docente.

Ao propomos, neste material, o estudo de noções conceituais sobre linguagem, língua e fala; a distinção entre discurso e fala; os conceitos de discurso, das teorias sobre Análise Crítica do Discurso; as relações língua/discurso, texto/discurso; discurso e reprodução do poder social; discurso e racismo; o discurso “eurocentrista” presente nos livros didáticos, partimos do pressuposto de que cada unidade de ensino é basilar para a compreensão da outra.

Se pensarmos sobre a construção do sumário deste material, perceberemos que há uma lógica de formulação da sequência das unidades. Primeiramente, temos contato com as teorias sobre as bases conceituais da análise do discurso, para, em seguida, estudarmos os princípios da AD e a ideologia nos discursos racista e do livro didático.

A apropriação de teorias das ciências da linguagem enquanto objeto de estudo é salutar neste momento, uma vez que instrumentaliza o discente para continuar os estudos, debates e discussões sobre as temáticas aqui discutidas, que por ventura surgirão em outras disciplinas deste curso de especialização. Nesse sentido, parabenizo todos (as) alunos (as) por mais uma etapa de estudo concluída, rumo a sua formação docente e a sua qualificação profissional.

Bom trabalho e felicidade nessa caminhada.

QUEM É O PROFESSOR?

Jair Alcindo Lobo de Melo

Atuou como professor Assistente das disciplinas Linguística, Semiótica e de Leitura e Recepção de Texto na Universidade do Estado do Pará nos Cursos de Letras, Secretariado Trilíngue, Medicina, Design Industrial e Pedagogia. Possui graduação em Letras Habilitação Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela UNAMA - Universidade da Amazônia (1996); Especialização em Língua Portuguesa Teoria e Prática pela UEPA - Universidade do Estado do Pará (1998). Especialização em Educação a Distância e Novas Tecnologias Educacionais pela Faculdade Ipiranga (2010). É Mestre em Linguística Aplicada pela UNITAU - Universidade Estadual de Taubaté - SP e Doutor em Ciências da Educação pela UAA - PY (2013). Atuou como professor em unidades preparatórias para concursos públicos, Instrutor em cursos de capacitação em Redação de Correspondências Oficiais e Atualização Gramatical na Escola de Governo, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Defensoria Pública do Estado do Pará e Ministério Público do Estado do Pará. Foi Professor da Faculdade Ipiranga, onde ministrava disciplinas da área das Ciências da Linguagem nos Cursos de Jornalismo, Administração, Turismo e Pedagogia. Exerceu a função de Técnico em Assuntos Educacionais do IFPA, Técnico em Gestão Cultural pela Fundação Curro Velho, onde atuou como Gestor da Casa da Linguagem, participou da Banca de Correção do Vestibular da Universidade do Estado do Pará - UEPA - nos últimos dez anos e Atua como Docente em regime de dedicação exclusiva no Instituto federal do Pará- IFPA, nos Cursos de Letras e Pedagogia, nas disciplinas LPT, Linguística, português Instrumental e Fundamentos teóricos e metodológicos da Linguagem. **(Texto informado pelo autor).**

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELAÇÕES
INTERDISCURSIVAS



NÚCLEO DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS
NEAB - IFPA
CAMPUS BELÉM

